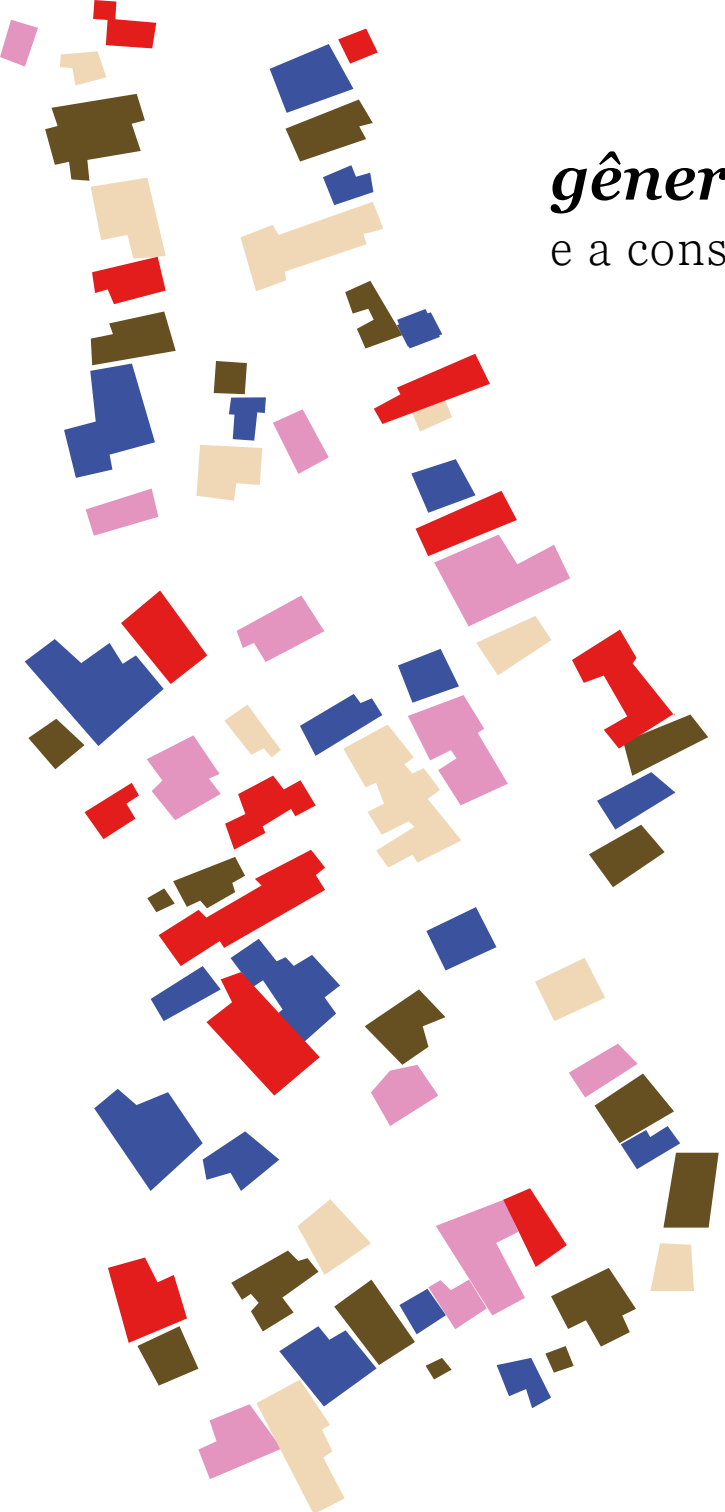
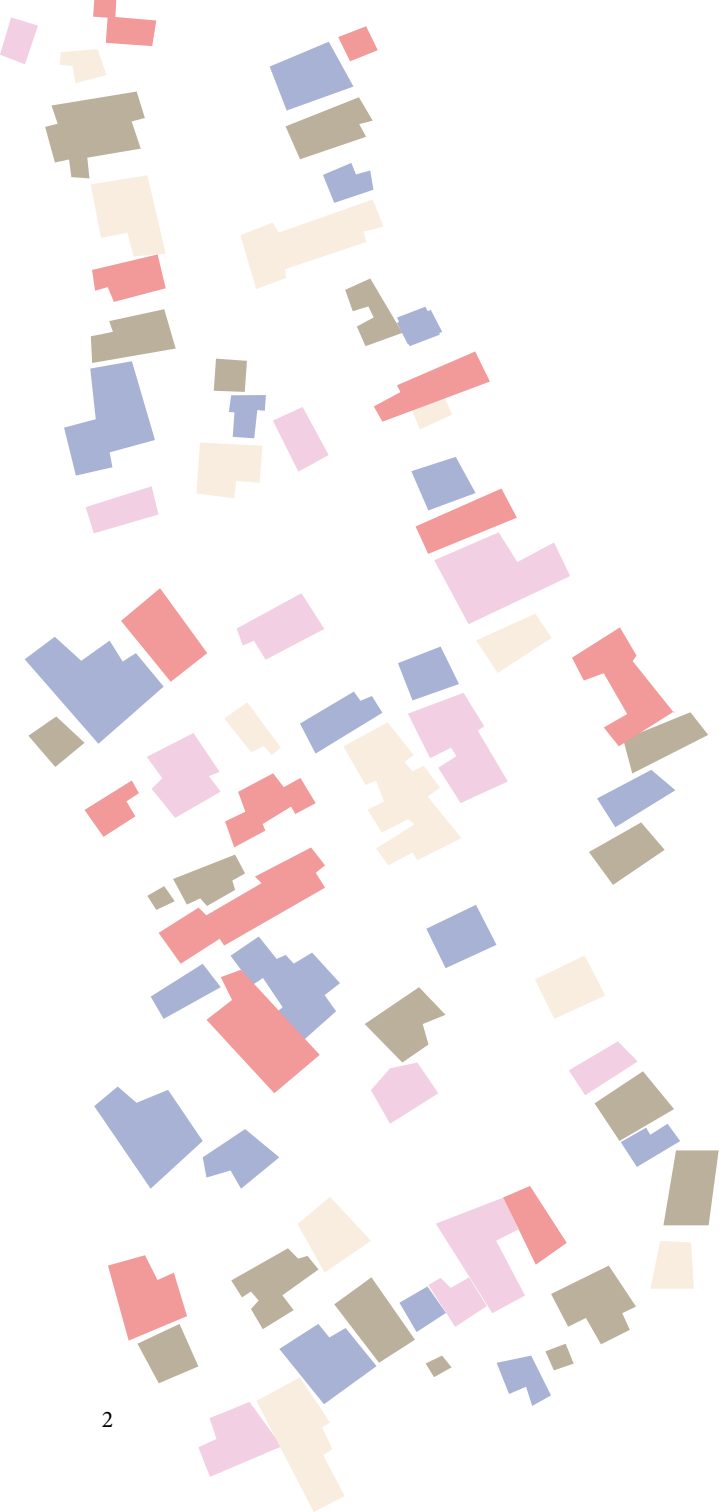


An abstract geometric pattern composed of numerous small, irregular polygons in various colors (red, blue, brown, pink, tan) arranged in a circular, spiral-like formation on the left side of the page. The shapes are scattered and overlapping, creating a complex, textured effect.

gênero – terra – identidade

e a construção de espaços coletivos



**Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo - IAU USP**

Trabalho de Graduação Integrado II

**Gênero-Identidade-Terra:
construção de espaços coletivos**

Alice de Paula Gomes

Comissão de Acompanhamento Permanente

Paulo César Castral

Coordenador do Grupo Temático (GT)

Akemi Ino

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Paula Gomes, Alice de
Gênero-Identidade-Terra e a construção de espaço
coletivos / Alice de Paula Gomes. -- São Carlos,
2025.
136 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2025.

1. Ocupações Urbanas. 2. São Carlos. 3. Casa das
mulheres. 4. Luta por terra e moradia. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



Atribuição-Compartilhalgual CC BY-SA

Alice de Paula Gomes

***Gênero-Identidade-Terra:
construção de espaços coletivos***

Trabalho de Graduação Integrado
apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de
São Carlos.

Banca examinadora

Paulo César Castral
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU USP

Akemi Ino
Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU USP

agradecimentos

À todas as mulheres que lutam todos os dias pelo direito à moradia, em especial as lideranças das ocupações de São Carlos que contribuíram para a construção desse trabalho.

Aos professores, em especial o Paulo César Castral e Akemi Ino, pelo comprometimento em orientar com atenção cada etapa deste trabalho.

Aos meus pais que sempre foram minha maior inspiração e sempre me incentivaram a sonhar o mais alto possível. Obrigada por serem minha fortaleza.

Aos meus irmãos, companheiros de caminhada.

Aos amigos do quarto 9, vocês tornaram os anos da faculdade melhores com nossas tardes de café.

À Fabiana, que me lembra todos os dias como a vida pode ser leve e bonita.

resumo

Este trabalho propõe uma abordagem interseccional na compreensão da luta por moradia, considerando como diferentes desigualdades — de gênero, raça e classe — se sobrepõem e impactam diretamente a experiência feminina no acesso à terra e à habitação. O recorte adotado são as ocupações urbanas por moradia, espaços que subvertem a lógica dominante do patriarcado por meio do protagonismo das mulheres em posições de liderança. Nesse contexto, as ocupações tornam-se palcos de resistência, onde as mulheres atuam como sujeitas políticas na construção de novos modos de habitar e organizar o espaço. Dessa forma, o projeto tem como objetivo garantir moradia de qualidade às famílias oriundas da Ocupação em Busca de Uma Moradia, na cidade de São Carlos, SP, com atenção especial às mulheres, por meio de planejamento urbano e da produção de habitação de interesse social. No campo arquitetônico, propõe-se a implantação de espaços coletivos voltados à comunidade: uma cozinha comunitária, uma casa de acolhimento para mulheres, e uma praça pública. O programa busca responder às necessidades reais do território, oferecendo soluções para o combate à insegurança alimentar, apoio à autonomia feminina por meio de oficinas e espaços de contraturno para crianças, além da criação de ambientes de convivência e sociabilidade comunitária.

sumário

10
partido

22
identidade
construção da identidade
terra e moradia
cozinha

55
cidade
plano de gestão da
microbacia do córrego água
quente

13
gênero
feminização da pobreza
sujeitas políticas
direito das mulheres à moradia
casa da mulher

31
terra
a cidade
microbacia do córrego água quente
ocupação em busca de uma moradia

67
arquitetura
diagramas
referências
plantas
cortes e elevações
detalhamentos
perspectivas

partido

O ponto de partida desse trabalho surgiu de uma inquietação a respeito da predominância feminina nas ocupações, bem como seu protagonismo na luta por moradia. Entende-se aqui a respeito da feminização da pobreza¹, terminologia utilizada para conceituar o fenômeno acerca da predominância feminina nos grupos de vulnerabilidade social devido a maior dificuldade de ter acesso a empregos formais, terem menores salários e terem, muitas vezes, a responsabilidade doméstica e o cuidado dos filhos.

Devido a ênfase do papel da mulher nos movimentos por moradia, será utilizada no presente trabalho, a terminologia sujeita², para referir-se às mulheres, protagonistas do movimento por moradia. Os motivos são o viés feminista abordado na discussão fazendo uma leitura da luta por moradia e a demarcação do sujeito como sujeito histórico, mais especificamente mulheres, por isso sujeitas.

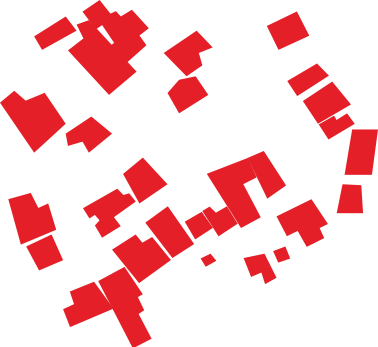
O segundo ponto abordado são as necessidade habitacionais e as ocupações por moradia resultado de soluções emergenciais ao descaso do poder público para essa parcela da população. Essas ocupações tornam-se palco da luta por moradia e materializam-se como habitações precárias e com pouca infraestrutura.

O terceiro ponto do debate é o forte senso de coletividade existente dentro das ocupações, fortalecidos pelo sentimento de identidade criados com o espaço e com a luta comum.

A partir desses partidos, desenvolvo o seguinte trabalho com base na tríade gênero-terra-identidade.



gênero



feminização da pobreza

Segundo Viana (2020), a história da ocupação está entrelaçada com a **trajetória de vida das mulheres**, sujeitas que protagonizam a lógica social e a produção do espaço. A partir da experiência individual de cada mulher é possível compreender a história e como se decorre a produção social do espaço urbano e como há um padrão de mulheres que possuem experiências similares: apropriam-se do espaço e da cidade a partir da luta diária que constroem e se inserem na produção do espaço urbano, ao mesmo tempo que esse espaço produz sujeitas políticas.

As mulheres representam o principal grupo de vulnerabilidade social. Excluídas do mercado de trabalho, muitas vezes lhe restam trabalhos informais, condicionando-lhes a uma maior instabilidade financeira em comparação com os homens. Medeiros e Costa (2008), Breda (2019) e Gonçalves (2022) discorrem a respeito da terminologia **“feminilização da pobreza”**, termo designado que explica essa situação, principalmente de mulheres negras, de vulnerabilidade. O cenário se agrava entre mulheres que são mães solteiras ou que são a principal fonte de renda da casa. Somada a essa problemática, sem uma divisão de trabalho, o serviço doméstico mais a criação dos filhos lhes conferem uma tripla jornada de trabalho, sendo a maior parte não remunerada e pouco valorizada (Silvia, Lopes, Gomes, 2014).

Nesse aspecto, Flavia Biroli (2019), destaca como a maternidade torna-se um fator de vulnerabilidade para as mulheres, ao sobrecarregá-la de responsabilidades pelo cuidado da família — como preparar alimentos, fazer a limpeza da casa, lavar roupas, atender às necessidades das crianças e levá-las à escola. Isso limita tanto o envolvimento das mulheres em outras esferas da vida quanto fortalece desigualdades de gênero, já que os homens, ao compartilharem menos responsabilidades, estão mais livres para outras atividades.

A expressão **“matriarcado da miséria”**, cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier e discutido por Carmo em seu texto Nossa Luta é Transversal: Ocupação Tereza de Benguela

1 Medeiros, M.; Costa J. “Is There a Feminization of Poverty in Latin America?”. 2008.

2 VIANA, Larissa de Alcantara. Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

e a Luta das Mulheres do MTST, revela como as mulheres negras vêm sendo excluídas, discriminadas e rejeitadas socialmente, sendo, ao mesmo tempo, protagonistas da resistência nas comunidades que habitam. Isso evidencia o papel de liderança que essas mulheres vêm desempenhando nas comunidades periféricas, apesar das desigualdades a que estão expostas. Diante dessa realidade, torna-se importante considerar a perspectiva de todas as experiências femininas, reconhecendo suas especificidades e vivências. Nesse aspecto, Gonçalves, 2022, propõe uma abordagem interseccional, considerando como diferentes desigualdades — de gênero, raça e classe — se sobrepõem na experiência das mulheres.

sujeitas políticas: o papel das mulheres nas ocupações e sua relação com o espaço

Diana Helene (2019)³ analisa a atuação das mulheres nas ocupações urbanas por moradia. Segundo a autora, o cotidiano das ocupações se apresenta como espaço de resistência, construção coletiva e alternativa às falhas das políticas públicas habitacionais. A autogestão nesses contextos possibilita a criação de formas de viver e morar que rompem com a lógica capitalista e patriarcal de organização do espaço, priorizando o bem-estar da comunidade, especialmente das mulheres, que são maioria nesses territórios, em geral mães monoparentais, responsáveis pelo sustento da família. A participação nesses movimentos não apenas responde a uma necessidade de moradia, mas também gera empoderamento político. Para as mulheres, isso significa o acesso a um espaço historicamente negado: o espaço público e político. O engajamento transforma sua autonomia e identidade, sem necessariamente abandonar os trabalhos domésticos, mas compartilhando-os e ganhando novas atribuições e possibilidades de atuação social e política. A coletividade também impacta diretamente a vida cotidiana, com redes de

3 HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cadernos Metrópole, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.



apoio para cuidado de crianças e idosos.

As ocupações não são só compostas por grande parcela feminina, mas também lideradas e coordenadas por elas, compondo cerca de 70% do MTST e protagonizado por mulheres negras que são muito invisibilizadas nos setores públicos, na política, etc, além de não serem vistas como figuras de liderança, mas consideradas cruciais nos movimentos sociais (Breda, 2020). Essa forte presença das mulheres na luta por moradia, subverte a relação de divisão de papéis no viés de gênero. Esta posição das mulheres é uma prova sobre sua construção de sujeitas políticas, papel negado às mulheres historicamente. Mesmo a luta feminista não ser o foco, entende-se que consciência de classe transparece em ações concretas que acabam contestando a realidade patriarcal.

A segregação socioespacial resultante da mercantilização de terras que expulsa a população mais pobre para a periferia tem como principal vítima as mulheres. A partir disso, cria-se um território popular, palco de luta por moradia, partindo principalmente de **trabalhadoras que reivindicam a apropriação da cidade**. Os espaços urbanos aparecem aqui como “lugar dos enfrentamentos e confrontações (...) palco para as lutas e direitos sociais e, simultaneamente, pela superação do patriarcado”. (Silvia, Lopes, Gomes, 2014).

Segundo Ianna (2022), as ocupações urbanas de moradia se tornaram espaços de formação de lideranças femininas. Esses espaços funcionam como redes de sociabilidade e aprendizado político, onde as mulheres passam a participar ativamente de reuniões, encontros e rodas de conversa, trocando experiências entre si. A luta das mulheres por moradia aparece sob diferentes significados: como vivência do cotidiano, como forma de trabalho e como compartilhamento do sofrimento, tudo isso engendrado por uma mobilização em torno da luta pela vida e pela terra. Ao se colocarem como lideranças nas ocupações, essas mulheres começam a lutar não apenas por suas questões pessoais, mas por demandas coletivas. A existência de lideranças femininas à frente das ocupações não só fortalece a legitimidade dos movimentos (afastando o estigma de “invasão”), como também gera confiança e adesão entre os

moradores, impulsionando o engajamento.

Para Carmo, dentro da organização da ocupação, a cozinha revela-se como um espaço político particularmente importante. Tradicionalmente encarada como um espaço de subalternidade da mulher, na ocupação ele torna-se um **espaço de organização, compartilhamento de vivências e construção da autonomia**. Na cozinha, as mulheres relatam suas dificuldades, compartilham dores, estabelecem redes de apoio e fortalecem o sujeito coletivo, sendo ele a base tanto do acampamento quanto da organização da resistência. Destaca-se que é a partir dessa experiência compartilhada, vivida na cozinha, que as mulheres se identificam como parte de um **coletivo de resistência**, sendo protagonistas de suas próprias lutas.

Direito da Mulher à moradia

É pertinente refletir sobre o direito à moradia a partir da perspectiva de gênero, considerando o papel específico das mulheres nessa discussão. A desigualdade de gênero ainda permeia diferentes dimensões da vida social. As mulheres, embora muitas vezes mais escolarizadas e qualificadas que os homens, seguem sendo desvalorizadas no mercado de trabalho, sendo predominantemente contratadas para posições informais, de menor estabilidade e com salários inferiores, ainda que desempenhem as mesmas tarefas. Além disso, a mulher ainda responde, na maioria das vezes, pelo trabalho doméstico, pelo cuidado de filhos, idosos e pessoas doentes.

Na perspectiva da moradia, essa desigualdade revela-se de forma particularmente acentuada. **A violação do direito à moradia afeta de forma diferenciada as mulheres**, exigindo uma abordagem específica nas legislações, nas políticas públicas e nas estratégias habitacionais.

Com base na Cartilha “O direito das mulheres à moradia”⁴

4 ROLNIK, Raquel. Cartilha: o direito das mulheres à moradia. ONU-HABITAT, 2012. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.



de Raquel Rolnik para a ONU (2012), o direito das mulheres à moradia adequada deve atender aos sete elementos do direito das mulheres ao direito à moradia.

1. Segurança da Posse:

É preciso assegurar às mulheres a estabilidade da moradia, evitando removidas forçadas e exigindo documentos de propriedade, que muitas vezes estão em nome de homens. A falta de posse torna ainda mais difícil o acesso ao crédito habitacional e a recursos específicos. Casamentos forçados, poligamia e outras desigualdades nas relações conjugais também ameaçam o direito das mulheres ao uso da terra e da casa.

2. Habitabilidade:

A moradia deve possuir condições de habitabilidade, sendo adequada ao clima, ao tamanho da família e às necessidades de cuidado de pessoas vulneráveis — responsabilidades compartilhadas principalmente pelas mulheres.

3. Disponibilidade de Serviços, Infraestrutura e Equipamentos:

É preciso que o entorno da moradia disponha de redes de água, luz, esgoto, transporte, escolas, creches e unidades de saúde, sendo a mulher particularmente afetada pelo seu afastamento, uma vez que ela ainda responde pelo trabalho de cuidado.

4. Localização Adequada:

A moradia deve estar situada em um lugar que facilite o acesso ao trabalho, ao transporte, ao ensino e ao atendimento médico. A mulher, sendo a principal cuidadora da família, enfrenta maior dificuldade de se locomover para atender às necessidades de todos.

5. Adequação Cultural:

A moradia também deve respeitar a diversidade de valores, tradição e organização espacial de determinados grupos, evitando a imposição de modelos habitacionais que desconsiderem suas especificidades.

6. Não Discriminação e Priorização de Grupos Vulneráveis:

As políticas habitacionais devem dar prioridade às comunidades mais vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, vítimas de violência e, particularmente, às mulheres — que representam uma parcela expressiva da população excluída do direito à moradia adequada.

7. Custo Acessível:

É preciso que o custo da moradia seja adequado à realidade econômica das mulheres, que, em geral, recebem salários mais baixos que os homens e enfrentam maior dificuldade de acesso ao crédito. A falta de recursos faz com que, muitas vezes, permanecer junto ao agressor seja a única saída habitacional, expondo tanto a mulher quanto seus filhos ao ciclo da violência.



casa das mulheres

O Centro de Referência da Mulher (CRM), criado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, consiste em **casas de acolhimento instaladas em imóveis ociosos nas comunidades**, a fim de dar a elas uma função social. Esses espaços representam tanto uma resposta ao descaso do poder público quanto um abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade, principalmente para vítimas de violência doméstica.

As casas não contam com apoio governamental, sendo sustentadas pelo autofinanciamento de gestoras e voluntárias. A fim de arrecadar recursos, são realizadas feiras, rodas de conversa, vendas e outras atividades, que ajudam na manutenção do espaço e no sustento das mulheres. Por abrigarem pessoas ameaçadas de violência, algumas contam também com segurança para a proteção das mulheres e de seus filhos.

Outro exemplo relevante de organização da mulher pelo direito à moradia é a Ocupação Tereza de Benguela, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e coordenada por Cláudia Garcez⁵. Com um estatuto interno que garante a igualdade de tratamento, **a mulher passa a ter um papel de liderança**, compartilhando responsabilidades tanto nas tarefas compartilhadas, como o preparo de alimentos na cozinha, a administração de recursos e a organização da comunidade, quanto nas instância de decisão. De acordo com um censo socioeconômico realizado na ocupação, cerca de 70% das mulheres sofreram ou presenciaram violência doméstica. A partir dessa realidade, as mulheres passaram a demandar um espaço destinado a elas na Tereza de Benguela.

Primeiramente, a ideia era criar uma casa de acolhimento, porém o espaço continuava vulnerável para receber vítimas de violência. Assim, ele foi transformado em um centro de convivência, utilizado como lugar de apoio, compartilhamento e organização. Com atividades focadas principalmente em três eixos — **saúde da mulher, geração de renda e formação política** — o centro proporciona às mulheres uma oportunidade de ressignificar suas

experiências, sendo capazes de conduzir suas próprias vidas, obter autonomia econômica e participar como protagonistas nas lutas do coletivo. A experiência revela como a organização compartilhada proporciona tanto conquistas quanto a **consciência da mulher como sujeita de direitos**, sendo um importante passo na superação da violência de gênero e da desigualdade social.



imagem 1 Casa de Referência Helenira Preta. Foto: Movimento Olga Benário. 2017.

⁵ LABCIDADE. Pela cidade: especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade #11: Claudia Garcez [podcast]. São Paulo: LabCidade, 2020. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/podcast-pela-cidade-especial-cidade-genero-e-interseccionalidade-11-claudia-garcez/>. Acesso em: 12 jun. 2025.



identidade



a construção da identidade através do território

Na compreensão acerca do papel do espaço na construção da identidade, Teixeira e Silva (2022) desenvolvem o debate sobre a relação do ser humano com o espaço, quando deste ele pode sobreviver, prover alimento e se reproduzir. Da mesma forma, o espaço também é resultado das interações do ser humano com o meio e com a comunidade na construção de uma identidade. **É do vínculo entre a comunidade e a terra que estabelece uma relação indivíduo-terra** solidificada no sustento da vida, pois a terra provém matéria-prima, instrumentos de trabalho e fruto. Assim, abre-se o questionamento de como prossegue a construção da identidade. Pode-se dizer que ela deriva de fatores biológicos de adaptabilidade do indivíduo ao meio, porém não é suficiente para preencher a equação. Portanto, pode-se acrescentar outros fatores, como a temporalidade no quesito de amadurecimento da identidade do indivíduo em um dado espaço. Podemos ir além e pensar na **identidade comum** de uma comunidade com o espaço, a luta por um direito intrínseco a qualquer ser humano: **o direito à terra**. Se há uma relação de identidade do indivíduo com o espaço, quando este sai de sua terra natal, mantém-se um forte vínculo com o lugar de origem e com suas tradições, ao mesmo tempo em que precisa adaptar-se à nova cultura, de modo que há uma assimilação sem a perda total de sua identidade.

Nesse ínterim, é através de signos e valores em comum que há um reconhecimento de uma identidade coletiva que é construída transversalmente às relações sociais no espaço. Assim, podemos concluir que a construção política de uma identidade coletiva é capaz de assegurar o acesso aos direitos imprescindíveis ao ser humano através de reivindicações e lutas.

Nego Bispo⁶ descreve a relação quilombola e indígena com a terra através do cultivo, subvertendo a lógica eurocêntrica de propriedade. Ele traz a noção de **pertencimento da comunidade à terra** e não o contrário; assim, ninguém possui a terra, mas sim

é pertencente a ela. A titulação de terras é um produto da imposição do Estado, que sobrepõe, através da escrita, a tradição geracional da oralidade dessas comunidades. A luta pela regularização das terras dessas comunidades é uma forma de jogar o jogo do colonizador, não no sentido de concordância, mas de conquistar o que é seu por direito, pois no fim, não é um documento que vai definir a identidade de uma comunidade, e sim a forma como se relaciona com a terra.

terra e moradia

As ocupações representam de **forma materializada a luta por moradia e pelo direito à cidade**, direitos básicos que são negados às famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade, devido à insuficiência de políticas públicas que não contemplam a diversidade das necessidades habitacionais no país. Diante dessa situação, essa população, muitas vezes, é forçada a se deslocar para longe dos centros urbanos, em terras irregulares com infraestrutura precária e com a ausência de serviços públicos essenciais (Forcel; Vernice; Sosoranga; Dias; 2022). Diante disso, a luta pela regularização fundiária de ocupações situadas em áreas urbanas consolidadas é uma alternativa para garantir a segurança jurídica dos ocupantes e a materialização do direito à moradia digna integrada à cidade.

Os movimentos sociais de luta por terra e moradia estão comumente presentes nas favelas e nas comunidades urbanas, onde se concentra a população de baixa renda em situação de vulnerabilidade. Devido ao elevado valor dos aluguéis, existente nos centros urbanos, essas pessoas não têm acesso à habitação e, muitas vezes, são compelidas a ocupar áreas periféricas inadequadas que podem apresentar riscos ambientais e/ou geológicos.

As cidades brasileiras se caracterizam pela expansão da mancha urbana em direção às periferias, resultando no surgimento de assentamentos precários para a população de baixa renda e em

⁶ SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. PISE-AGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.



direção a novas áreas de valorização imobiliária, onde também passaram a surgir empreendimentos de alto padrão para as classes mais abastadas.

Nesse aspecto, torna-se importante a discussão sobre o que é ocupar e por que ocupar. Segundo Neuhold (2009), compreende-se a **polissemia do termo “ocupação”**: o primeiro sentido relaciona-se ao ato de ocupar uma propriedade ociosa, seja para o estabelecimento de moradia provisória, seja para a denúncia da ociosidade da propriedade; o segundo sentido refere-se à transformação do espaço ocupado em habitação.

As ocupações de propriedades ociosas são uma ferramenta de protesto político e uma solução para a necessidade habitacional das pessoas despejadas, não sendo portanto apenas soluções habitacionais emergenciais, mas também **espaços de práticas coletivas organizadas, sendo lugares de recuperação do sujeito coletivo**.

a cozinha

Canuto (2025) desenvolve o pensamento de Sullivan, Spicer e Böhm (2011), a respeito de como o **espaço torna-se contra-hegemônico**, quando é ocupado por grupos tradicionalmente excluídos da cidade, que passaram a apropriar e ressignificar o lugar de acordo com suas próprias vivências e necessidades. Dessa forma, ele se torna um **espaço de resistência**, que se opõe à lógica dominante, baseada no valor de troca, ao dar lugar ao valor de uso compartilhado pelo coletivo. A apropriação passa a expressar uma nova forma de organização espacial, compartilhada, solidária e transformadora, que revela como comunidades marginais vêm tentando construir alternativas ao modelo urbano vigente.

É nesse contexto que as ocupações, impulsionadas pelas necessidades básicas, como a insegurança alimentar, que assola uma parcela da população, lutam pelo direito à moradia e também pelo direito à **soberania alimentar**. Elas propõem um modelo cole-

tivo de habitar a cidade, sendo as cozinhas comunitárias um espaço insurgente emblemático dessa resistência. Nelas, compartilham-se alimentos, responsabilidades e estratégias de organização, fortalecendo o tecido comunitário e mostrando como o espaço urbano pode atender às necessidades de todos, ao invés de permanecer a serviço de interesses privados. Dessa forma, a cozinha compartilhada revela o potencial transformador da apropriação colectiva, sendo ao mesmo tempo um lugar de resistência, solidariedade e recriação da cidade a partir das comunidades que a habitam.

Como exemplo temos a Ocupação 9 de Julho⁷, que revela iniciativas comunitárias, nascidas da organização de pessoas que viviam em situação de vulnerabilidade. Davies (2025) em sua etnografia analisa a liderança de Carmen junto ao MSTC, que transformou um prédio abandonado em habitação social e espaço de convivência, onde a **cozinha comunitária**, a **horta urbana** e outras estratégias de sustentabilidade passaram a beneficiar tanto os moradores quanto o entorno. Dessa forma, o espaço revela como o envolvimento da comunidade na organização de seu próprio lugar fortalece o combate às desigualdades, proporciona trabalho, renda e autonomia, ao mesmo tempo que propõe um modelo de cidade mais inclusiva, solidária e conectada. A Ocupação 9 de Julho é, assim, um exemplo concreto de como comunidades vulneráveis vêm tentando atender às próprias necessidades, compartilhando responsabilidades e tentando minimizar problemas como a violência policial, a falta de alimentos e a desigualdade habitacional. A cozinha compartilhada revela-se como um ponto de encontro, de resistência e de organização coletiva, mostrando como o espaço urbano pode se reinventar a partir de ações compartilhadas pelos moradores.

As cozinhas, portanto, são práticas políticas enraizadas nas necessidades locais, territorializadas, e já legitimadas como **lugares de acolhimento e de representação** pelas comunidades que atendem. São forças insurgentes, intrínsecas ao caráter inventivo e criador das margens urbanas, que emergem contra o abandono do Estado e que se legitimam à revelia dos poderes instituídos. Observamos que quanto maior a vinculação com cooperativas, as-

⁷ A Ocupação 9 de Julho surgiu a partir de uma ocupação de um edifício ocioso no centro de São Paulo pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC).

sociações e movimentos sociais, mais facilidade tem a cozinha de acionar as redes de sociabilidade e de sustentação econômica para seu funcionamento.

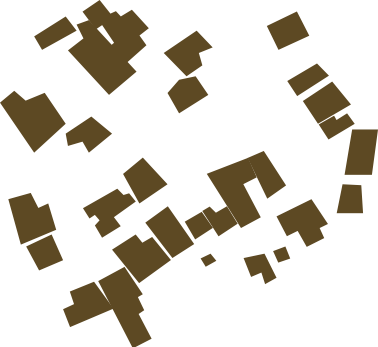
É interessante notar como a cozinha, tradicionalmente percebida como um espaço destinado às mulheres, torna-se um lugar de resistência, organização e compartilhamento de vivências nas ocupações. Dentro do MTST, a cozinha não é apenas um espaço de preparo de alimentos, sendo também um importante ponto de encontro, onde as necessidades da comunidade são compartilhadas, problemas são expostos e estratégias de apoio mútuo são construídas. É nesse espaço que as mulheres relatam suas dificuldades, vivências de violência e desigualdade, compartilhando experiências que fortalecem o sujeito coletivo e ajudam a dar forma a uma política orgânica, nascida do cotidiano, das relações pessoais e da realidade compartilhada. Dessa forma, a cozinha revela-se como um espaço de resistência, solidariedade e organização, sendo essencial tanto para o funcionamento prático do acampamento quanto para o desenvolvimento de uma consciência compartilhada, baseada nas vivências das próprias moradores.



imagem 2 e 3 vista da Cozinha Ocupação 9 de Julho - MTSC durante a 35 Bienal de São Paulo - Cenografias do Impossível. Levi Fofman.



terra



a cidade (aracy)

Segundo Ávila (2006), a cidade de São Carlos teve uma expansão urbana radiocêntrica, isto é, teve seu crescimento a partir de bairros centrais, partindo em seguida para os bairros mais periféricos. Na década de 1920, ocorreu o surgimento dos primeiros bairros periféricos com a criação de bairros operários nas proximidades da estrada de ferro. A próxima onda de periferização ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 com a criação de loteamentos afastados do perímetro urbano, resultado da segmentação de uma antiga fazenda de propriedade de Francisco Pereira Lopes. Essa fase é marcada pelos interesses imobiliários, diferente da primeira, que era consequência dos interesses industriais.

Nesse aspecto, a cidade convive com a dualidade de realidades distintas. De um lado, a área central oferece maior oferta de equipamentos, possui maiores índices de escolaridade e centraliza os centros de decisão política, econômica e administrativa da cidade. Por outro lado, a periferia possui os menores índices de escolaridade e carência de equipamentos públicos. Duas cidades com realidades tão antagônicas, conflitam em um mesmo território, resultado do processo de acumulação capitalista periférico que permite a manutenção da segregação social (Scatena 2022).

Ávila (2006) aponta o fenômeno que deturpou a cidade na década de 1980, ano do surgimento da região do Cidade Aracy, com uma taxa de crescimento exponencial de cerca de 2,57%, maior que a média das cidades do interior paulista na época. Somado ao despreparo da cidade para receber tal contingente populacional, ocorreu um crescimento desordenado com a falta de um planejamento urbano, de forma que os novos loteamentos surgiram em áreas impróprias para ocupação, classificadas como ambientalmente vulneráveis.

diagrama de expansão urbana de São Carlos

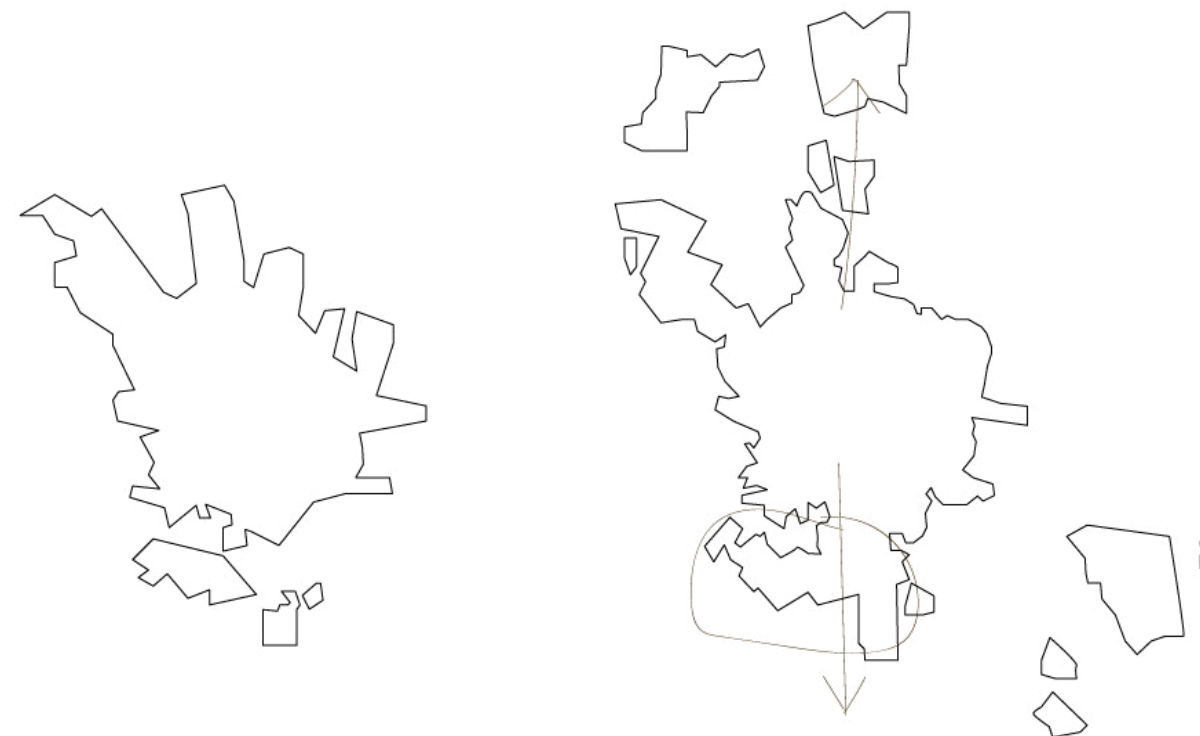
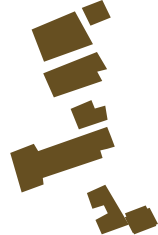


diagrama 1: elaborado pela autora.



microbacia do córrego água quente

A micro bacia do Córrego da Água Quente (MBCAQ) está situada na região sul da cidade de São Carlos, ocupando uma área de aproximadamente 12,5 km². Os principais usos antrópicos presentes nessa região incluem a ocupação urbana residencial, pastagens e agricultura. A população da micro bacia é de aproximadamente 35 mil habitantes, distribuídos em 18 bairros e 30 propriedade rurais. Esta é a área que apresenta o maior crescimento urbano dentro do município de São Carlos. A partir da década de 1960, a cidade vivenciou um acelerado crescimento demográfico nas zonas periféricas, sendo que muitos bairros passaram a se formar de forma desordenada, em áreas inadequadas para a construção, de acordo com o Plano Diretor do Município. Essa situação acabou gerando problemas socioeconômicos e ambientais, sendo um reflexo da falta de planejamento e da pressão urbana sobre o meio natural

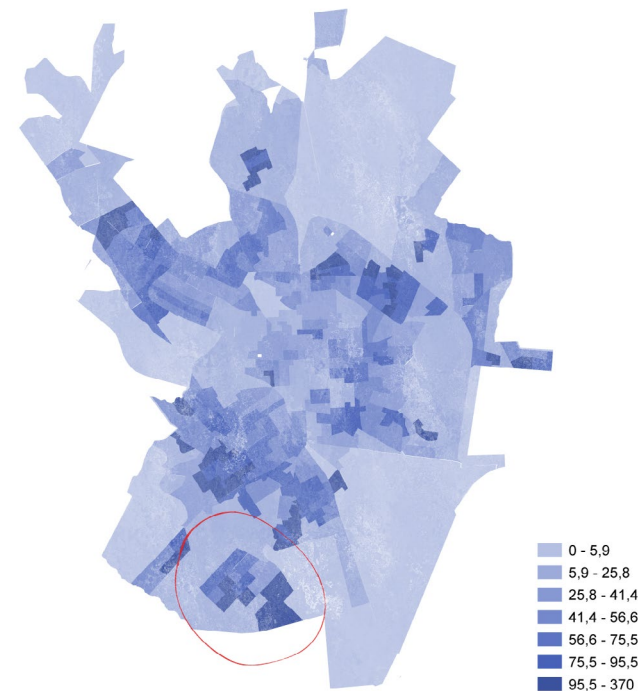
De acordo com Oliveira, Vecchia e Montañó (2012), os principais problemas presentes na bacia são consequência do modo como ocorreu o processo de ocupação urbana, que desconsiderou as limitações impostas pelo meio ambiente. A região apresenta grande fragilidade, sendo suscetível a processos erosivos, em razão de seus solos arenosos. Além disso, enfrenta problemas de desmatamento e de degradação da qualidade da água, principalmente devido à falta de infraestrutura e ao saneamento básico inadequado.

Do ponto de vista da infraestrutura urbana, a ocupação de áreas próximas da nascente acarreta diversos problemas, como a drenagem das águas pluviais. Por conta da configuração do terreno, toda a água da chuva ao redor é conduzida para o vale, sendo bloqueada pelas ruas, que dificultam o escoamento natural. Isso acentua a degradação da pavimentação, principalmente na época das chuvas, em razão da quantidade insuficiente de galerias e bueiros, resultando em enchentes e erosão do solo.

Em sua pesquisa com os moradores da região, Faraco *et al* (2013), relata sobre as principais dificuldades citadas durante suas entrevistas, a maioria estão associadas à escassez de áreas verdes,

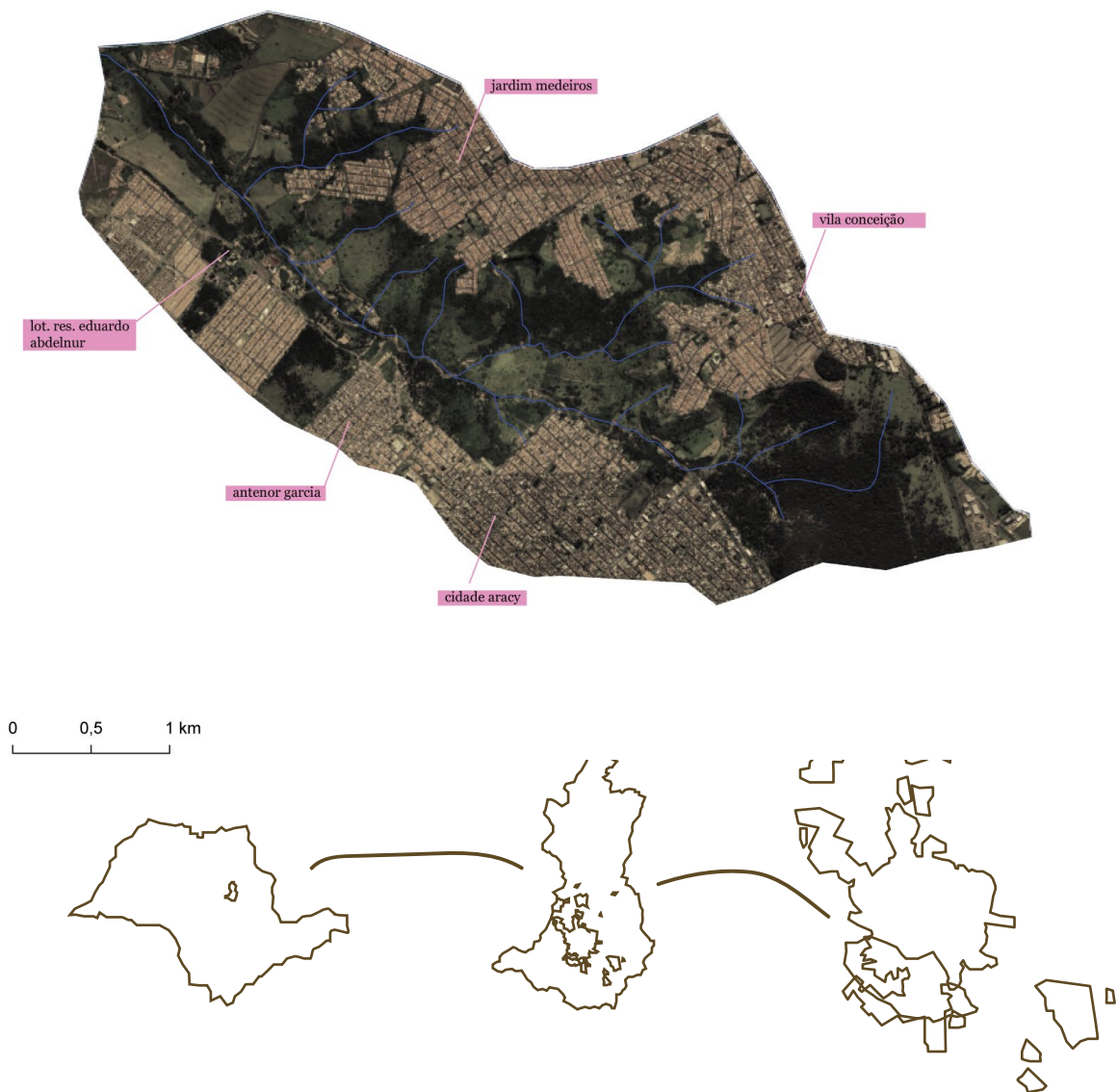
principalmente nas proximidades de suas casas, e às más condições da área de preservação, que apresenta problemas tanto de manejo de resíduos quanto de drenagem. O descarte de lixo inadequado e o número insuficiente de lixeiras no bairro agravam essa situação, causando o entupimento dos bueiros durante a época de chuvas e consequentemente, o alagamento das vias.

densidade da cidade de São Carlos

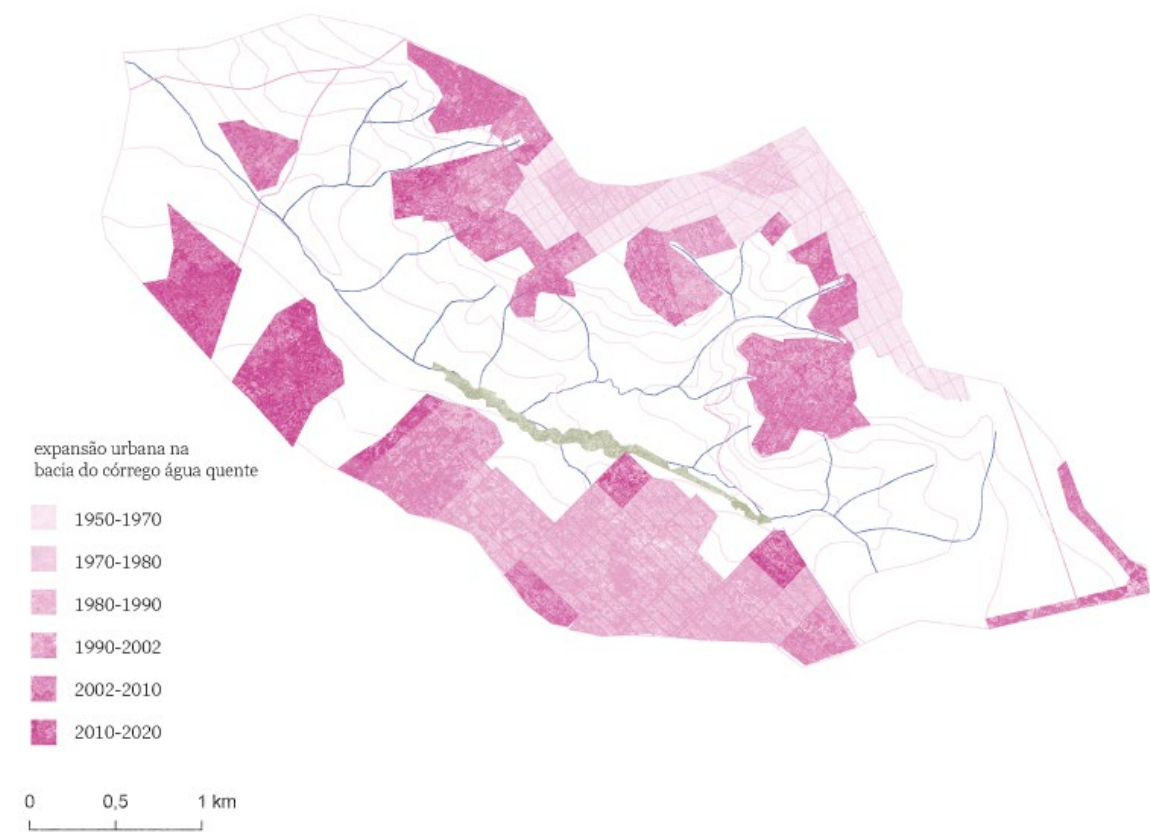


mapa 1: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

mapa de bairros da MBCAQ



mapa de expansão urbana da MBCAQ



mapa 2: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

mapa 3: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: Google Maps. Elaborado pela autora.

mapa de área de recarga do aquífero guarani do MBCAQ



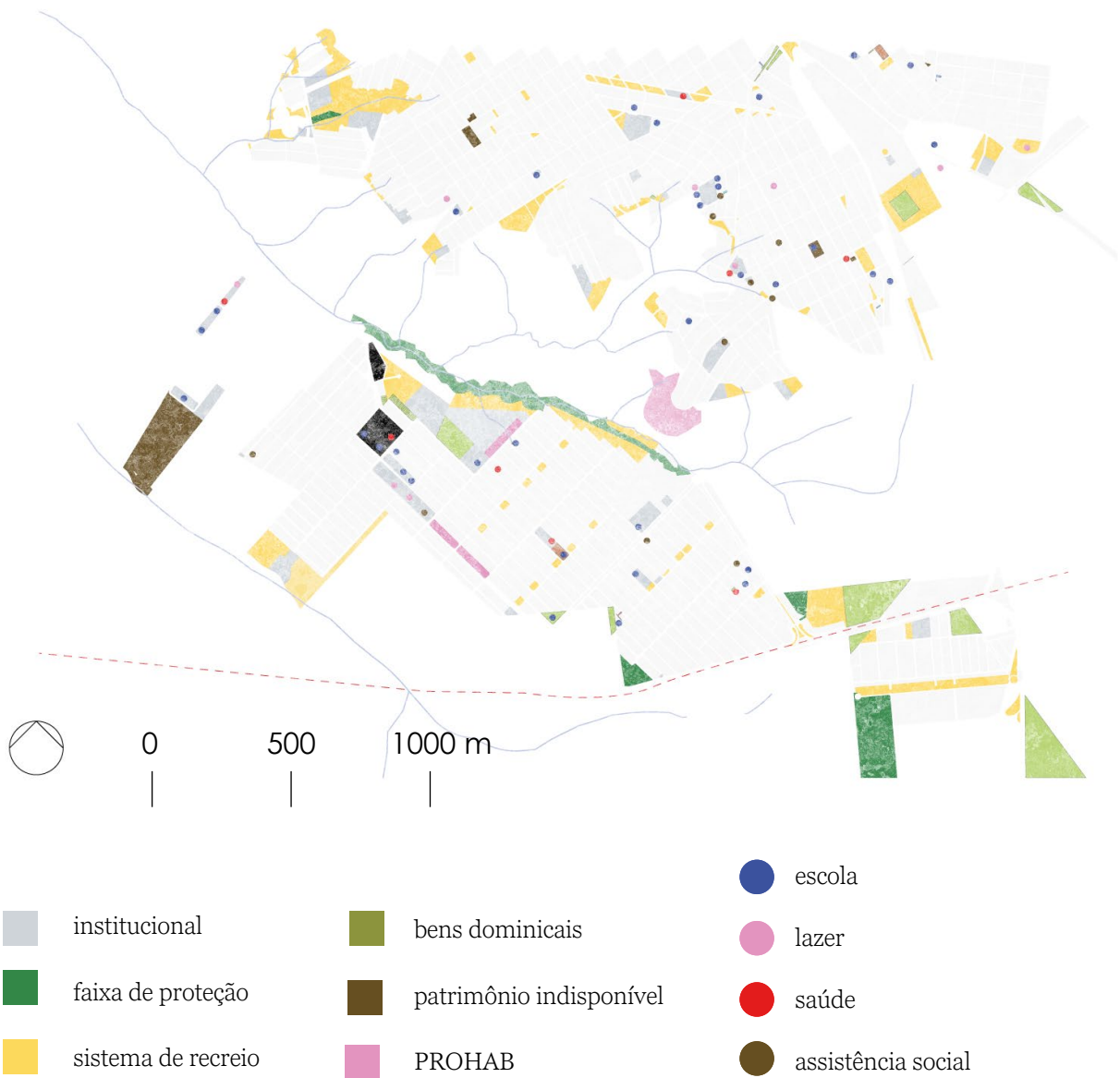
mapa 4: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: Atlas Sanca. Elaborado pela autora.

mapa de áreas verdes da MBCAQ



mapa 5: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: Atlas Sanca. Elaborado pela autora.

mapa de equipamentos públicos



A região da Cidade Aracy surgiu na década de 1980 a partir de um loteamento de terras regularizadas pela prefeitura, porém, fora do perímetro urbano. A ocupação foi de forma não planejada e não existia nenhum tipo de infraestrutura e equipamento público para a população que chegava. No início, as terras eram vendidas com preços muito abaixo do mercado, consequentemente houve um crescimento rápido e desordenado e dez anos depois a região já estava consolidada, de modo que era necessário o investimento, por parte da prefeitura, em infraestrutura e equipamentos urbanos. Assim, o responsável pelos loteamentos teve êxito em valorizar a região com pouco investimento.

A região Cidade Aracy localiza-se a sudoeste da cidade de São Carlos e inclui os bairros Aracy I e II, Antenor Garcia e Presidente Collor. Caracteriza-se pelo afastamento da área central e é separada dos demais bairros por terreno acidentado.

O processo de regularização dos loteamentos da Cidade Aracy concebeu um projeto de urbanização em 1982 que previa cerca de 35% de área pública, considerando sistema viário, áreas verdes e áreas institucionais, além de 10% de área para sistema de lazer. Contudo, na prática, o projeto foi se alterando, restando poucas áreas definidas para espaço de lazer⁷.

Os espaços públicos previstos no plano estão presentes no bairro em forma de equipamentos de recreação para o público infante juvenil, como campo de futebol e playgrounds. À população mais velha, restam os espaços residuais, trechos de ruas e calçadas tornam espaços de convívio, assim, é comum andar pelo bairro e encontrar pessoas sentadas ao longo das calçadas com mobiliários improvisados ou retirados da própria casa. Nesse sentido, a rua torna-se uma extensão da casa e torna-se palco da vida urbana local. As ruas que costumam ter maiores sociabilidades são as mais residenciais, de modo que as calçadas possuem caráter de praça interna, rua, casa e calçada viram um só. Portanto, as formas de convivência locais não são pautadas por projetos de praça, mas por lugares em que a população construiu uma identidade.

mapa 6: Datum Sirgas 2000. Projeção UTM - zona 23S. Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

⁷ DE LIMA, M. C.; SCHENK, L. B. M. Concepção de espaços livres contemporâneos: o bairro de Cidade Aracy em São Carlos. 2012.

ocupação em busca de uma moradia

Em 2020, diante de um contexto pandêmico, com a vigência do governo Bolsonaro e num quadro de desmanche de políticas sociais, surge a Ocupação em Busca de uma Moradia, na rua Bruno Pauka, nos limites do Loteamento Antenor Garcia, próximo do Córrego Água Quente e de uma Área de Preservação Permanente (APP). A iniciativa surgiu de um morador da região que estava sem casa e precisava de um pedaço de terra para construir. Os próprios moradores lotearam, distribuíram os lotes para famílias com necessidades habitacionais em situação de vulnerabilidade e a partir disso, criaram um sistema de arruamento em terra batida, sem qualquer infraestrutura. Portanto, a ocupação surgiu de forma orgânica como resposta emergencial ao déficit habitacional.

Segundo o relatório⁸ realizado pela assessoria técnica Maitá Athis com base em um estudo do terreno da ocupação, em decorrência de sua localização, o processo de regularização fundiária torna-se muito mais complexo, devido à questão ambiental. A região já havia degradação ambiental, com ocorrência de descarte indevido de entulho, problema de drenagem de água e de erosão.

Em visita de campo na ocupação no ano de 2024, foi analisada a organização da ocupação e como decorre o movimento por moradia na luta pela regularização fundiária. Através do contato com as lideranças, foi possível constatar o protagonismo feminino dentro da ocupação, como a atuação de duas mulheres na liderança e a participação expressiva das mulheres da ocupação nas atividades internas, como a organização da cozinha comunitária. Uma das lideranças, é uma mulher, mãe solteira de dois filhos e possui uma sobrecarga de trabalhos, com jornadas triplas, dividindo-se no sustento da família, no cuidados dos filhos e na atuação dentro da ocupação. A maioria dos moradores são mulheres, dentre elas, muitas são mães solteiras. Devido esse quadro de abandono, foi surgindo uma rede de ajuda entre elas. Na dinâmica interna da ocupação, as mulheres costumam assumir a liderança e os homens ficam a cargo da manutenção. Ao primeiro olhar há uma subversão dos papéis

8 MAITÁ ATHIS. Em busca da regularização fundiária. Relatório de desconformidades em busca de uma moradia. São Carlos

sociais de gênero com a troca da divisão de trabalho. Contudo em uma análise mais cuidadosa, a ocupação pode ser vista como o lar, assim, cabe a mulher a sua gestão e organização.

Em vista a vulnerabilidade social, famílias são assombradas pela insegurança alimentar. Desta necessidade surge a ideia de construir uma cozinha comunitária. Sua construção foi um trabalho conjunto da comunidade que organizou-se em mutirão. O preparo das refeições é realizado majoritariamente pelas mulheres que organizam-se em dias combinados para garantir comida para a comunidade, principalmente para as famílias com maior vulnerabilidade. O alimento provém de doações de ONGs. Mas como a fome ultrapassa barreiras, mais pessoas começaram a participar das refeições. Assim, a cozinha foi se ampliando, ganhando uma estrutura, contudo, ainda não consegue atender as demandas. Através da visita de campo, foi possível identificar problemas estruturais da construção, em decorrência das más condições da madeira utilizada, provida de doações. A cozinha é um espaço importante para a comunidade, não só pela disponibilização de refeições aos finais de semana, mas também porque é onde ocorrem as reuniões a respeito da luta pela regularização fundiária, de modo que torna-se um importante símbolo de resistência e palco da luta por terra e moradia.

As habitações autoconstruídas com materiais improvisados ou recebidos de doação, são predominantes de paletes. As estruturas são inadequadas e oferecem risco aos moradores, demandando a necessidade da construção de moradias seguras e sustentáveis, a fim de garantir uma vida digna aos ocupantes.

Sobre a questão dos equipamentos públicos, em um raio de 1,5 km localizam-se três praças. A primeira, Praça Sérgio Leandro Cipriano da Silva, caracteriza-se pela insuficiência de mobiliários e alguns equipamentos de ginástica ao ar livre. A segunda, Praça Ronald Golias, é mais bem equipada e com maior vegetação mas com pouco espaço destinado ao público infantil. A terceira, Praça Linear Alex da Silva, possui pista de caminhada, é bem arborizada e mais bem equipada com bancos.



diagrama 2: elaborado pela autora a partir da imagem de satélite e visita de campo. 2024.

imagem 4: cozinha da ocupação em busca de uma moradia. autoria própria. 2024.



De acordo com a Maitá Athis, a ocupação localiza-se, segundo o Plano Diretor de São Carlos, na zona 3, “Recuperação e Ocupação Controlada, por apresentar fragmentos florestais e área com declividade acima de 30%, sendo uma área de maior suscetibilidade à erosão”. Contudo, toda a região da Cidade Aracy configura-se como uma área imprópria à ocupação em decorrência do solo arenoso que possui maior suscetibilidade a processos erosivos. O agravamento da erosão intensifica o processo de assoreamento do córrego Água Quente e o surgimento de voçoroca, que é um intenso processo erosivo do solo. Destaca-se que os bairros Cidade Aracy e Antenor Garcia localizam-se em uma possível área de recarga do Aquífero Guarani. Devido a falta de planejamento urbano da região da Cidade Aracy e as deficiências no sistema de coleta de resíduos e de saneamento básico, de forma geral, há acúmulo de entulho e outros resíduos sólidos nas galerias, matas ciliares e demais áreas verdes. Esta falta de planejamento urbano é comum em áreas periurbanas, e tem como consequência a ausência de um sistema de drenagem adequado, o que acarreta o aceleração de processos erosivos e futuramente problemas estruturais nas moradias, colocando as famílias em risco.

A constatação da formação de uma voçoroca ao norte da ocupação, cujo avanço se mostra rápido e progressivo, representa um risco para os habitantes da OEBUM. Verifica-se que em todo entorno do bairro há insuficiência de estruturas destinadas para captação de água, como “bocas de lobo”, de forma que drenagem subterrânea não corresponde ao volume de água superficial. Com a impermeabilização da região somada a uma infraestrutura de drenagem não adequada, no período das chuvas as famílias da OEBUM sofrem risco do desabamento dos barracos, de forma que muitos moradores fazem uso de soluções emergenciais, como barreiras físicas improvisadas em frente aos lotes.





imagem 5: entulhos na ocupação em busca de uma moradia. Autoria própria. 2024.



imagem 6: córrego da água quente. autoria própria. 2024.



imagem 7: habitações autoconstruídas da ocupação em busca de uma moradia. autoria própria. 2024.



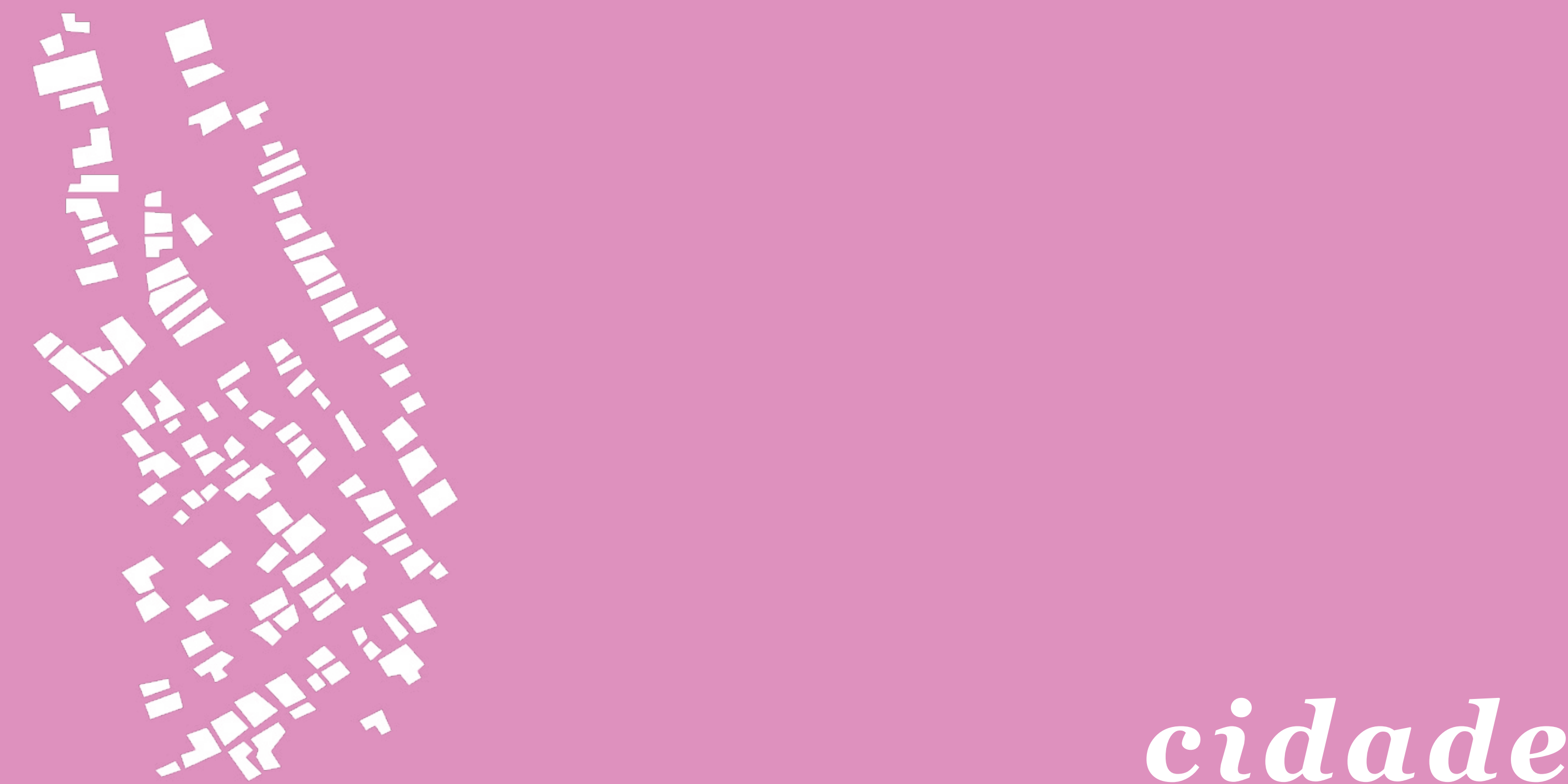
imagem 8: habitações autoconstruídas e arruamento da ocupação em busca de uma moradia. autoria própria. 2024.



imagem 9: vestígio de piso de um barraco removido da ocupação em busca de uma moradia. autoria própria. 2024.



imagem 10: plantações da ocupação em busca de uma moradia. autoria própria. 2024.



cidade



projeto urbanístico

O projeto surgiu a partir da inquietação a respeito da feminização da pobreza, que tem como consequência direta uma maior concentração de mulheres na luta por moradia. A partir disso surgiu a ideia da construção de uma casa das mulheres nas proximidades das ocupações Em Busca de Uma Moradia e Em Busca de Um Sonho. Contudo, através das leituras e da compreensão acerca das dinâmicas internas das ocupações, fez-se necessária a construção de uma cozinha solidária, haja vista que tal equipamento é de extrema importância dentro das ocupações, uma vez que é um trabalho da comunidade para a comunidade, no intuito de combater a fome que assola muitas das famílias das ocupações.

Entende-se como moradia de qualidade a habitação que proporciona abrigo seguro contra chuva, vento e sol, apresenta boa localização, estando próxima de equipamentos públicos, como escolas, unidades de saúde e transporte coletivo, e ainda garante a segurança de seus moradores.

A partir da leitura do território ocupado, foi possível identificar várias problemáticas que dificultam o pleno acesso ao direito à moradia. Tais problemas estão tanto relacionados ao perigo para a integridade das habitações e das famílias, quanto ao acelerado processo de degradação ambiental, fruto de décadas de crescimento urbano desordenado entorno do Córrego da Água Quente. Essa situação torna ainda mais complexa a conquista da regularização fundiária da área.

A ocupação é um espaço importante de resistência, formado principalmente por populações marginalizadas e em situação de vulnerabilidade social. Por isso, o processo de remoção e realocação deve ser realizado junto à implementação de diretrizes que garantam o acesso das famílias a equipamentos públicos, segurança e habitação de qualidade.

Neste contexto, foram elaboradas diretrizes urbanísticas para a Microbacia do Córrego da Água Quente, sendo criado um Plano de Gestão e definido um espaço destinado à construção de

habitações de interesse social destinado às famílias da ocupação.

Priorizando a luta por moradia e o direito a habitação digna aos moradores da ocupação, o novo local contará com acesso à infraestrutura adequada, como serviço de saneamento básico e energia, e as condições ideais para a regularização fundiária.

plano de gestão da microbacia do córrego água quente

Memorial descritivo do plano de gestão da microbacia do córrego água quente

1. instrumento de gestão do plano da microbacia do córrego água quente

objetivo: garantir o uso sustentável dos recursos naturais da microbacia, integrando o gerenciamento do solo, dos recursos hídricos e das atividades humanas para promover o desenvolvimento sustentável da região.

diretrizes:

gerenciamento integrado do uso e ocupação do solo e recursos hídricos: implementar práticas que conciliem o desenvolvimento urbano com a preservação dos recursos naturais. isso inclui a criação de um plano de zoneamento específico para a microbacia, onde as atividades de uso do solo sejam compatíveis com a conservação dos recursos hídricos.

monitoramento ambiental e da qualidade das águas: estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da qualidade das águas e das condições ambientais da microbacia, com a instalação de pontos de coleta e análise periódica dos indicadores de qualidade.

educação ambiental e ações de promoção social e da cidadania: desenvolver e implementar programas de educação ambiental voltados para a conscientização da população sobre a importância da preservação da microbacia. paralelamente, promover ações sociais que incentivem a participação comunitária na gestão ambiental.

2. estruturação e recuperação urbana

objetivo: reestruturar e recuperar áreas urbanas e loteamentos irregulares na microbacia, garantindo condições adequadas

de habitabilidade e segurança para a população, ao mesmo tempo em que se preserva o ambiente.

diretrizes:

recuperação urbana de loteamentos irregulares: implementar projetos de urbanização que regularizem loteamentos irregulares, dotando-os de infraestrutura básica, como vias pavimentadas, redes de esgoto, água, energia elétrica e drenagem, além de garantir áreas verdes e espaços públicos adequados.

recuperação de áreas degradadas e de risco geotécnico e ambiental: identificar e recuperar áreas degradadas e de risco, como controle de erosão, reflorestamento, e a criação de barreiras vegetativas.

reassentamento: promover o reassentamento de famílias que ocupam áreas de risco, garantindo-lhes acesso a novas moradias em locais seguros e com infraestrutura adequada.

preparação de planos habitacionais: desenvolver planos habitacionais que atendam às necessidades de moradia da população, com enfoque em soluções sustentáveis e compatíveis com a preservação ambiental da microbacia.

regularização ambiental e urbana dos assentamentos: implementar a regularização fundiária e ambiental dos assentamentos.

3. ações de preservação e de recuperação ambiental

objetivo: conservar e restaurar o ambiente natural da microbacia, promovendo a criação de áreas protegidas e a recuperação de áreas públicas para o uso comunitário.

diretrizes:

urbanização de áreas públicas com a criação de áreas livres e de lazer comunitário: desenvolver projetos de urbanização que incluam a criação de áreas verdes, parques e espaços comunitários como cozinha comunitária e casa de acolhimento das mulheres.

estabelecimento de áreas ambientalmente protegidas: delimitar e proteger áreas ambientalmente sensíveis dentro da microbacia, como matas ciliares, nascentes e áreas de preservação permanente, garantindo sua conservação a longo prazo.

proteção da microbacia do córrego água quente: implementar ações específicas para a proteção da microbacia, como a recuperação das margens do córrego, controle de fontes de poluição e manejo sustentável do uso do solo nas áreas adjacentes.

4. ações de saneamento básico

objetivo: melhorar os sistemas de saneamento básico na microbacia, assegurando a qualidade da água, a saúde pública e a sustentabilidade ambiental.

diretrizes:

melhorias nos sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários: ampliar e modernizar os sistemas de coleta e tratamento de esgoto na microbacia, garantindo que todos os efluentes sejam devidamente tratados antes de serem lançados nos corpos d’água.

melhorias nos sistemas de drenagem de água: adotar técnicas de manejo de águas pluviais sustentáveis, como a implementação de pavimentos permeáveis e sistemas de infiltração, para reduzir a quantidade de escoamento superficial e minimizar o volume e velocidade de água causadora de erosões.

zoneamento da microbacia do córrego água quente



- Zona de Uso Urbano Intensivo (ZUI)
- Zona de Saneamento e Gestão de Resíduos (ZSGR)
- Zona de Reassentamento e Regularização Urbana (ZRUR)
- Zona de Uso Público e Comunitário (ZUPC)
- Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)
- Zona de Uso Controlado (ZUC)
- Zona de Preservação Permanente (ZPP)

mapa 8: autoria própria. 2025.



Zona de Preservação Permanente (ZPP)

Objetivo: Proteger áreas ambientalmente sensíveis, como margens do córrego, nascentes, matas ciliares e encostas.

Características:

- Proibição de qualquer tipo de construção ou alteração do solo.
- Manutenção ou restauração da vegetação nativa.
- Monitoramento para evitar ocupações ou degradação ambiental.

Zona de Uso Controlado (ZUC)

Objetivo: Permitir o uso do solo de forma controlada, onde atividades econômicas e urbanas sejam realizadas com restrições ambientais específicas.

Características:

- Permitido o uso agrícola com práticas sustentáveis.
- Construções permitidas, mas com baixa densidade populacional e respeitando critérios de sustentabilidade.

Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)

Objetivo: Reverter a degradação ambiental em áreas que foram impactadas por ocupações irregulares, desmatamento ou outras formas de degradação.

Características:

- Foco em ações de reflorestamento e restauração ecológica.
- Programas de reassentamento para populações que residem em áreas de risco.



diagramas 3 a 9: autoria própria. 2025.

Zona de Reassentamento e Regularização Urbana (ZRUR)

Objetivo: Regularizar assentamentos existentes e reassentar populações em áreas seguras e adequadas.

Características:

- Desenvolvimento de infraestrutura urbana básica (saneamento, eletricidade, vias públicas).
- Habitações de Interesse Social
- Inclusão de equipamentos públicos.
- Regularização fundiária.

Zona de Uso Urbano Intensivo (ZUI)

Objetivo: Concentrar o desenvolvimento urbano em áreas já consolidadas, com infraestrutura existente, minimizando a expansão para áreas ambientalmente sensíveis.

Características:

- Melhoria da infraestrutura urbana existente.
- Implementação de áreas verdes.
- Controle do crescimento urbano para evitar a expansão desordenada.
- Readequação da infraestrutura de drenagem e saneamento básico.

Zona de Uso Público e Comunitário (ZUPC)

Objetivo: Criar e manter áreas públicas e comunitárias que proporcionem lazer e convivência social.

Características:

- Desenvolvimento de parques, praças e áreas de lazer integradas ao ambiente natural.
- Implementação de espaços comunitários, como a cozinha e a casa da mulher.





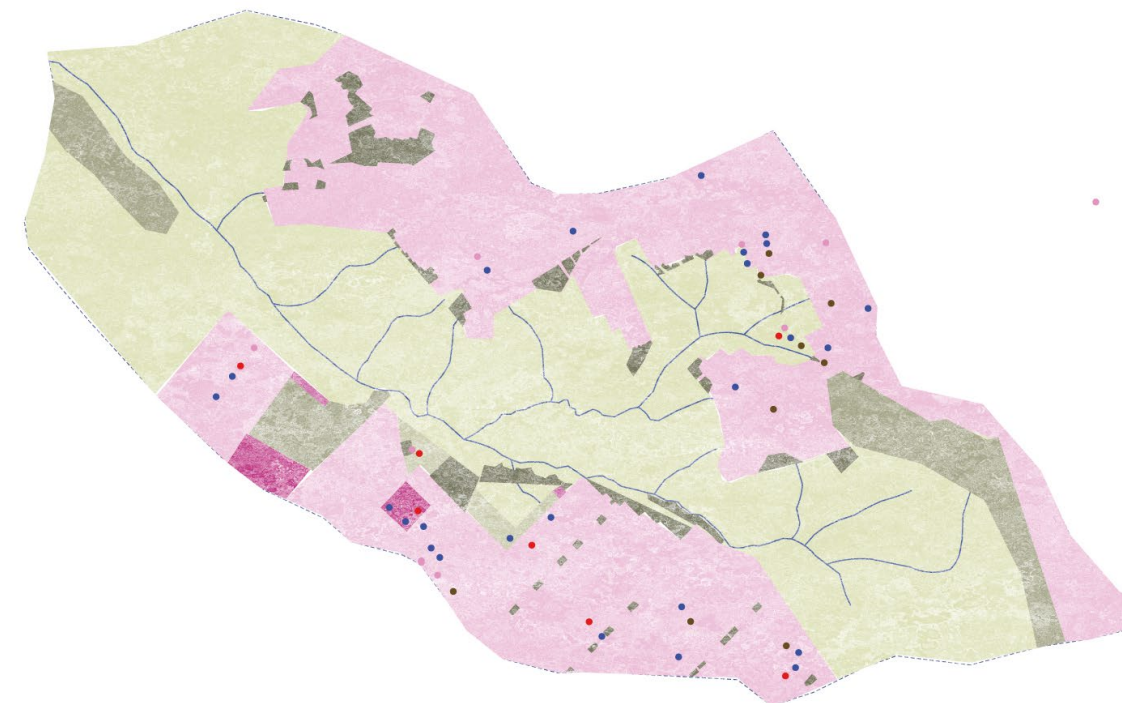
Zona de Saneamento e Gestão de Resíduos (ZSGR)

Objetivo: Organizar a infraestrutura de saneamento e gestão de resíduos, assegurando a qualidade ambiental e o bem-estar da população.

Características:

- Instalação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto.
- Estabelecimento de áreas para o manejo e disposição final de resíduos sólidos, com foco em reciclagem e compostagem.
- Programas de coleta seletiva e educação sobre resíduos para a comunidade.

mapa síntese

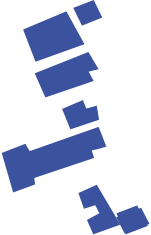


ZUI	cozinha e casa das mulheres
ZSGR	reassentamento das famílias
ZRUR	escolas
ZUPC	lazer
ZRA	saúde
ZUC	assistência social
ZPP	

mapa 9: autoria própria.
2025.



arquitectura



casa-cozinha-praça

A partir da leitura crítica do território, compreende-se o estado de fragilidade ambiental da área atualmente ocupada pela OE-BUM (Organização Estadual por Moradia Urbana e Popular). Ainda que esteja previsto o reassentamento das famílias para um terreno próximo, o espaço permanece como um símbolo da luta por terra e moradia e guarda forte valor simbólico para a comunidade local. Segundo o Plano de Gestão da Microbacia do Córrego da Água Quente, o terreno foi designado como uma Zona de Uso Público e Comunitário, ou seja, uma área destinada ao desenvolvimento de parques, espaços de lazer e de sociabilidade comunitária, articulando a recuperação ambiental com o uso social do território. Nesse contexto, o projeto arquitetônico propõe três intervenções principais, todas articuladas aos eixos conceituais do trabalho: gênero, identidade e terra.

A cozinha comunitária configura-se como um espaço de sociabilidade, resistência e enfrentamento da insegurança alimentar, tema recorrente nas ocupações urbanas. Sua proposta vai além do preparo de alimentos: a cozinha é tratada como espaço de convivência coletiva, fortalecimento de vínculos e construção de redes de apoio entre os moradores, especialmente entre as mulheres

O projeto de casa de acolhimento das mulheres, propõe dar espaço às mulheres para suas reuniões, realização de oficinas e cursos que contribuam para o ganho de renda, além de atendimentos médicos e psicológicos que priorizem a saúde feminina. O objetivo é promover autonomia, cuidado, formação política e emancipação feminina, reconhecendo o protagonismo das mulheres na luta por moradia.

A terceira frente do projeto compreende intervenções no solo urbano, por meio de desenho de piso, mobiliários públicos e marcos visuais que remetem à memória da ocupação e ao histórico de resistência que o local representa. Esses elementos reforçam o território como espaço vivido, apropriado e simbólico, afirmando a presença política da comunidade e sua luta contra o déficit habitacional.

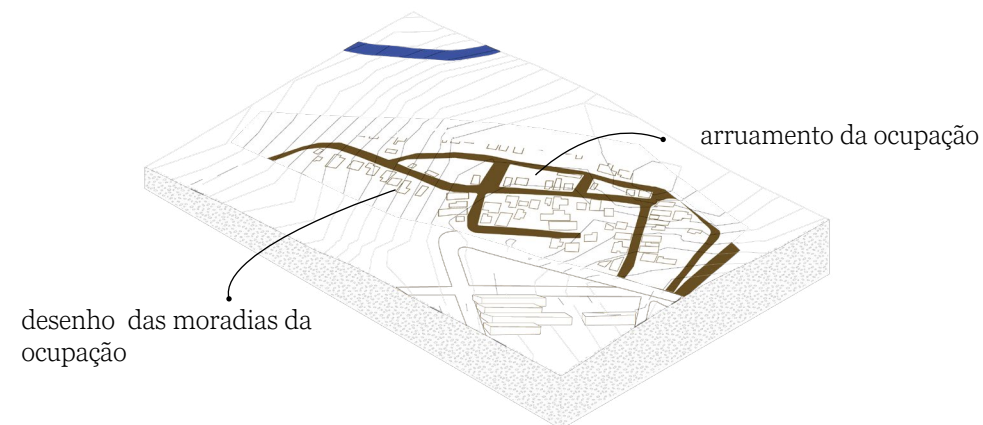
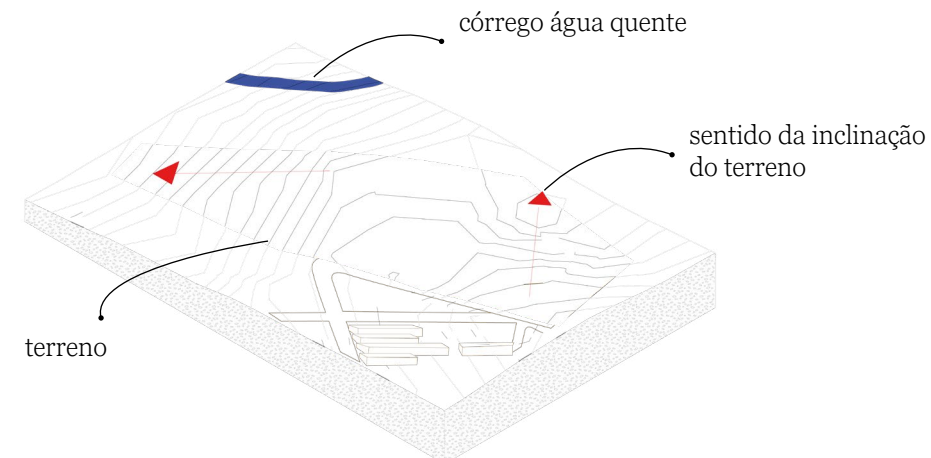


diagrama | declividade

desenho original da ocupação

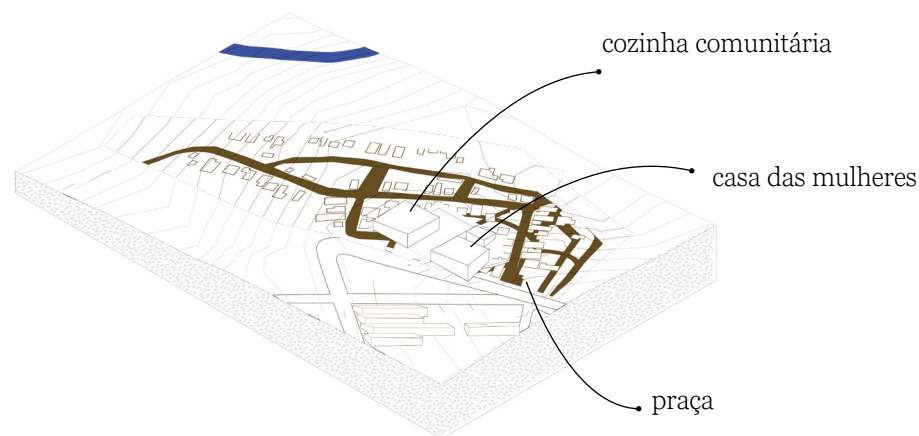
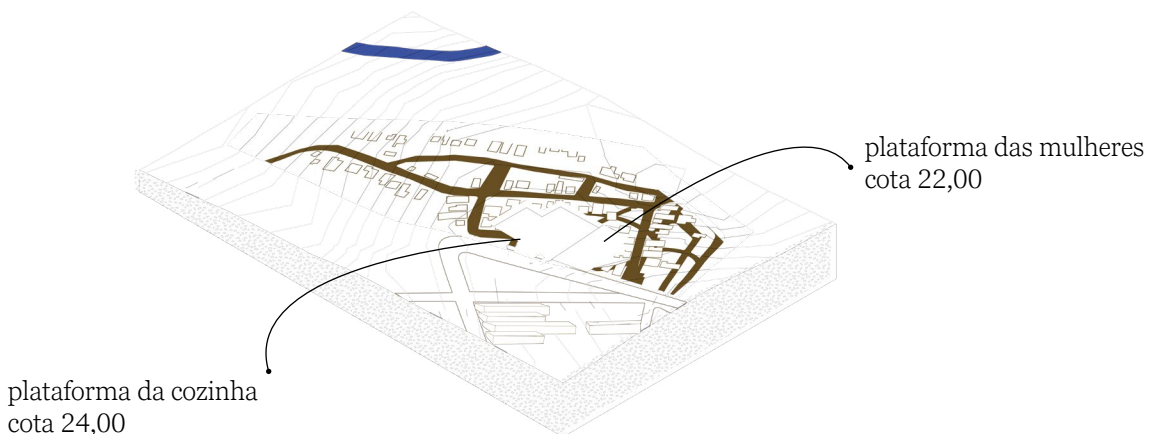


diagrama | cotas da plataforma
implantação

partido arquitetônico

O desenho arquitetônico do projeto parte de dois volumes principais: a cozinha solidária e a casa da mulher. Desde o início, a proposta se baseou em uma arquitetura enraizada na materialidade do território, utilizando paredes em adobe como referência à terra, à cultura local e à identidade das moradoras, e uma estrutura em madeira laminada colada (MLC), que possibilita leveza e modularidade construtiva.

A maior dificuldade enfrentada no desenvolvimento do partido foi a compreensão do terreno, tanto em termos de dimensões quanto de declividade. A área oferece múltiplas possibilidades de implantação, o que exigiu um processo criterioso de estudo para definir a solução mais coerente com o entorno, com o uso, a acessibilidade e a preservação ambiental.

Optou-se por manter os volumes térreos, sem uso de pilotis, respeitando a materialidade da terra e o desejo de ancoragem no solo, tanto simbólica quanto técnica. Estudo de cortes revelou uma diferença de cerca de 10 metros em relação ao nível do Córrego da Água Quente, o que afasta o risco de alagamento da área.

Além da topografia, o entorno edificado foi um fator essencial na concepção volumétrica e formal do projeto. Com um gabarito baixo e habitações de caráter simples, foi necessário desenhar um conjunto que dialogasse com esse contexto, evitando a imposição de uma estética destoante. Como referência, foram estudados projetos com caráter comunitário e linguagem vernacular, como as Moradas Infantis de Canuanã, projetadas por Marcelo Rosenbaum e Aleph Zero.

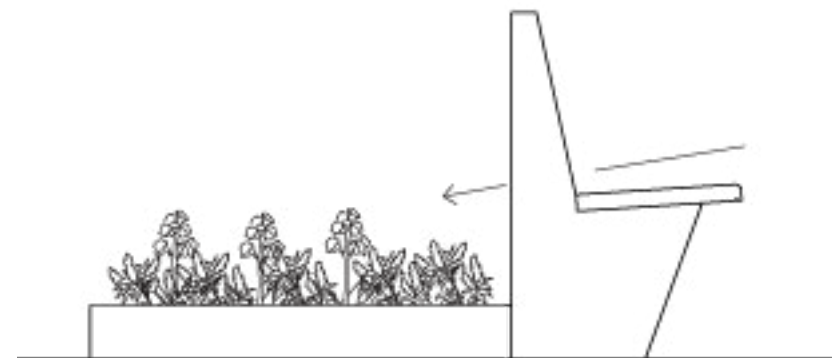
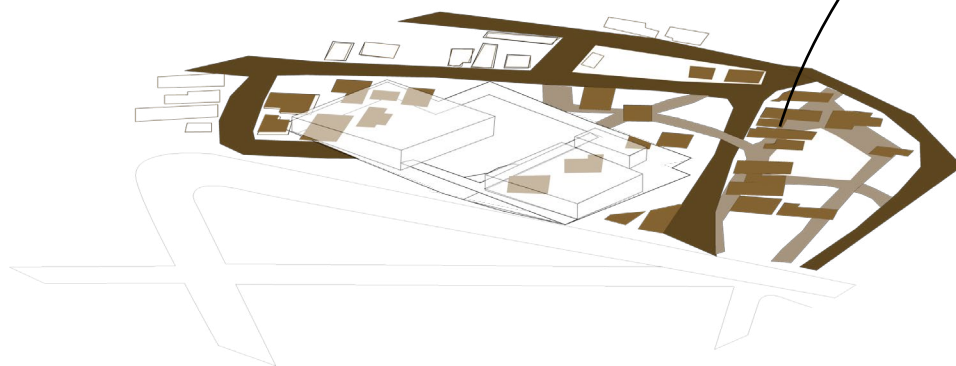
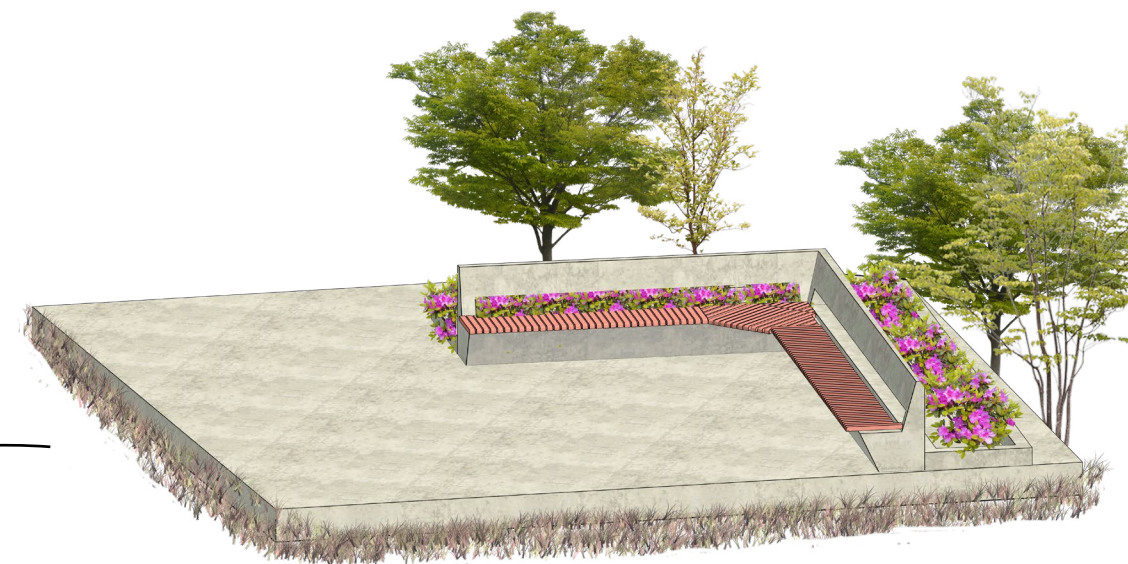
A cozinha e a casa da mulher estão conectadas por uma passarela coberta, estabelecendo uma relação entre os programas, mas preservando suas funções e acessos independentes. A cozinha, voltada para toda a comunidade, possui entrada direta pela rua.

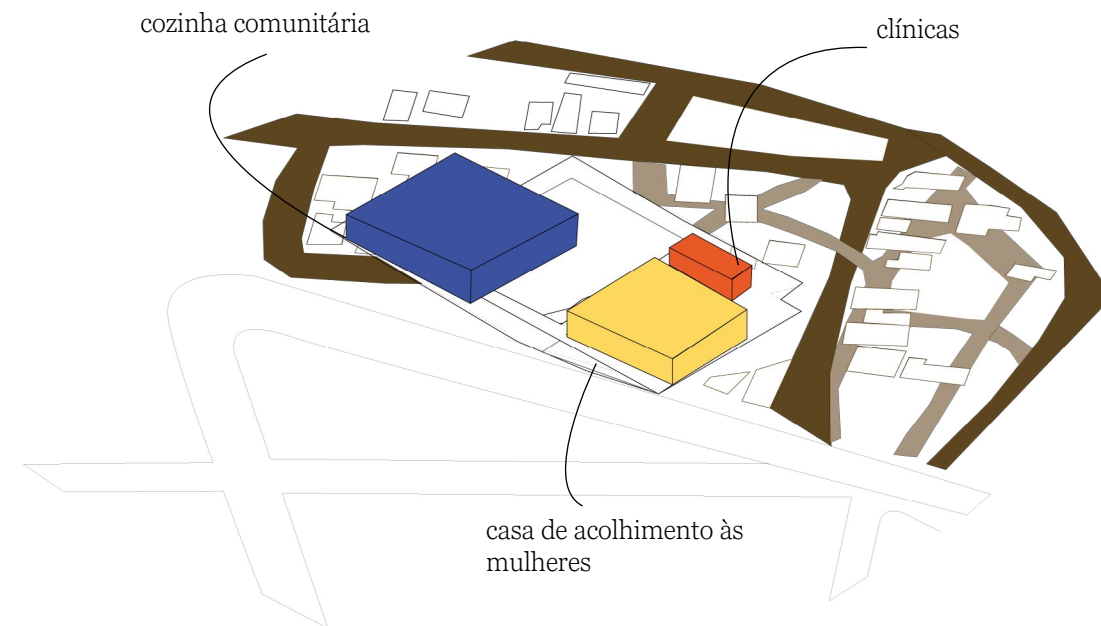
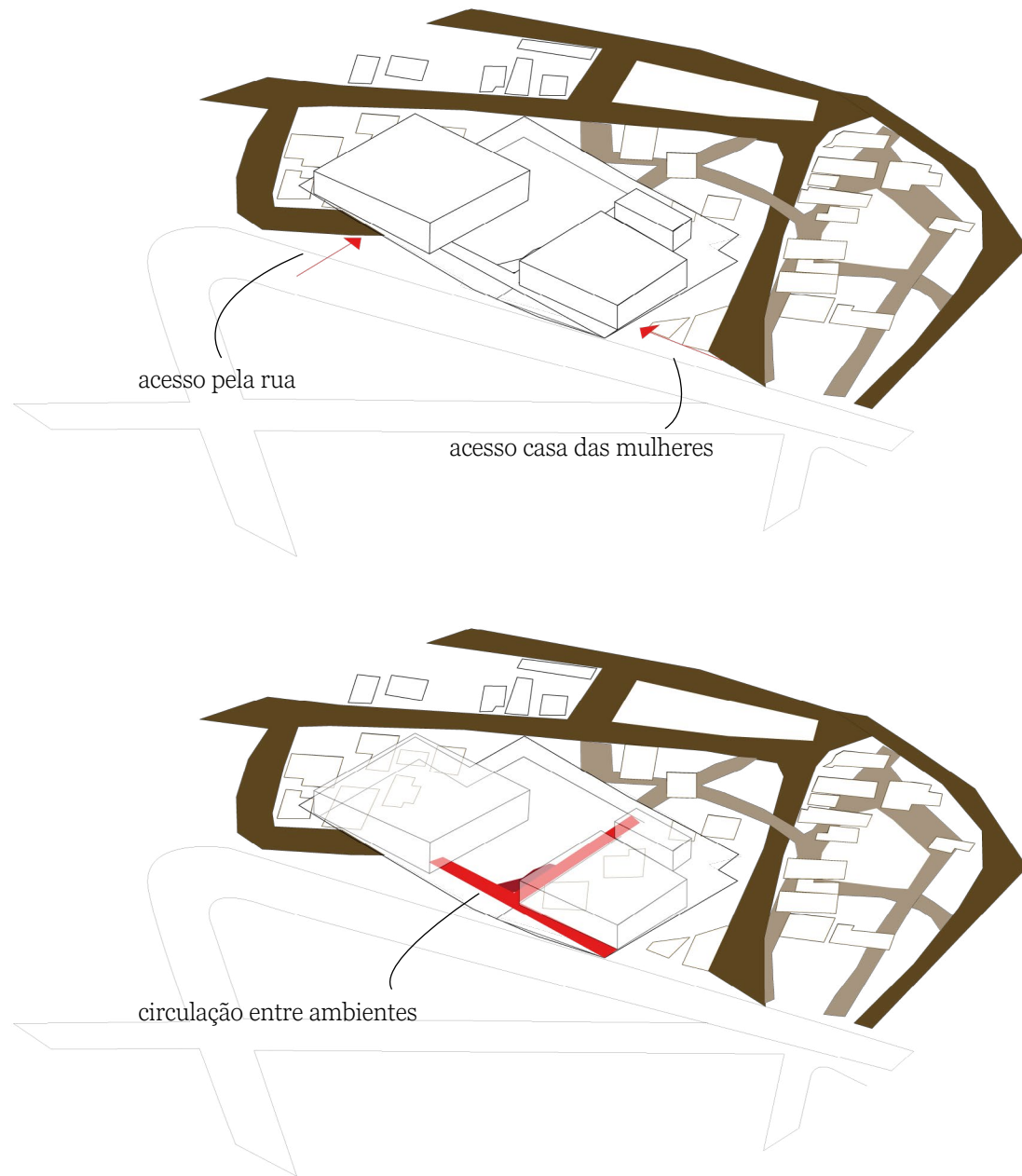
mobiliário

Como forma de manter viva a memória da ocupação e ressignificar o terreno como palco de luta, pertencimento e resistência, o projeto propõe uma série de intervenções no chão que reconstituem simbolicamente as casas que um dia existiram ali. A intervenção avança dentro e fora da arquitetura. Presentes no meio da vegetação e na praça, concretizam-se como desenho de piso, mobiliário de lazer e jardineiras.

O mobiliário foi pensado como um banco para incentivar a sociabilidade na praça, um espaço para ser ocupado pela população e utilizado para o lazer. Seu desenho combina dois materiais, o concreto e a madeira, além de uma jardineira.

Essas intervenções reforçam a ideia de que a terra é também narrativa — um lugar onde se mora, se alimenta e se recorda — e propõem que o chão ocupado seja não apenas espaço de passagem, mas também de lembrança, reconhecimento e construção coletiva da memória.





conforto ambiental

O desenho arquitetônico foi pensado para aproveitar a iluminação e a ventilação natural, como forma de conforto interno, reduzindo a dependência de sistemas artificiais. Para uma maior ventilação, a maior fachada (frontal e posterior), foi posicionada no eixo leste-oeste, proporcionando ventilação cruzada. No caso da Casa das Mulheres e as clínicas, foi pensado uma vedação vazada feita de fibras naturais para ter uma ventilação controlada, adequado para as condições climáticas locais. Essa solução garante circulação de ar mesmo em dias frios, sem comprometer o conforto interno.

Além disso, priorizou-se o uso de esquadrias grandes e painéis vazados para contribuir com a iluminação e a ventilação, reforçando a sensação de transparência e integração com o exterior.

A fachada norte, a mais exposta ao sol, corresponde à lateral da cozinha comunitária. Para minimizar o aquecimento excessivo nessa área, foram pensados brises de madeira tanto na fachada norte como na oeste como proteção solar do mezanino. No térreo, por sua vez, foi feito um uso mais contido de aberturas, como estratégia para barrar o excesso de calor e manter o ambiente mais fresco durante os períodos mais quentes do ano.

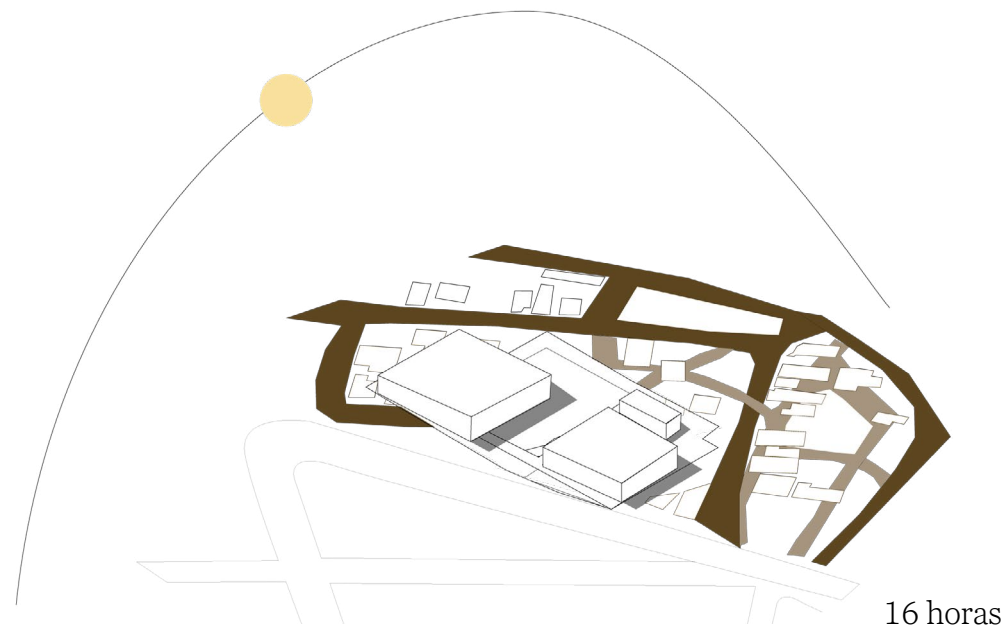
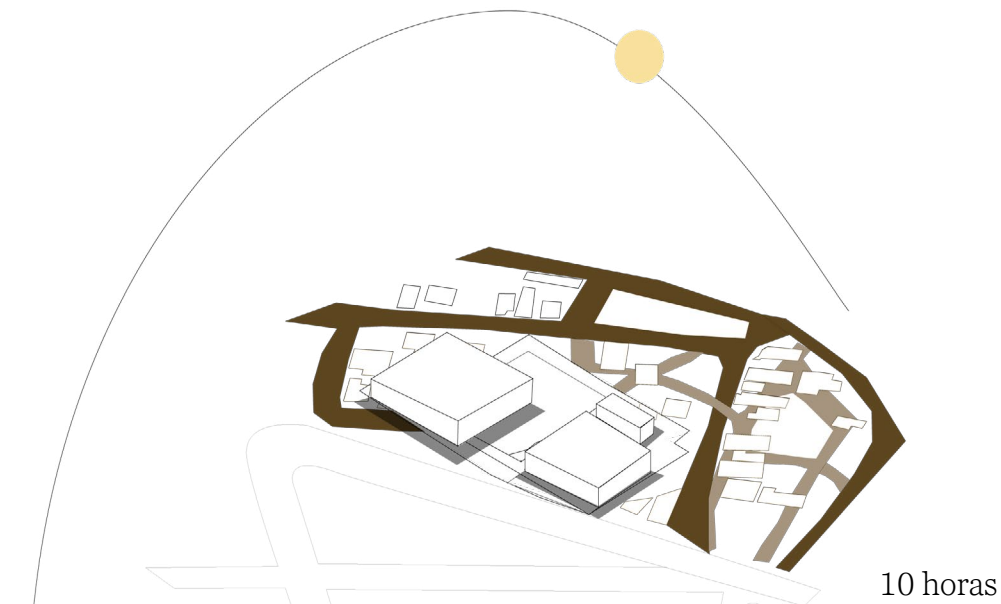


imagem 11: Casa yawanawa. Marcelo Rosembaum. Aldeia Sagrada Yawanawá, Alto Rio Gregório.

imagem 12: Centro de Referência Quebradeiras de Babaçu. Estúdio Flame. Vitória do Mearim, MA.

imagem 13: Casa de jajja Moradas Autoconstruídas. Mariana Mutag. Uganda.

imagem 14: Casa na Areia. Estúdio MK27. Trancoço, BA.



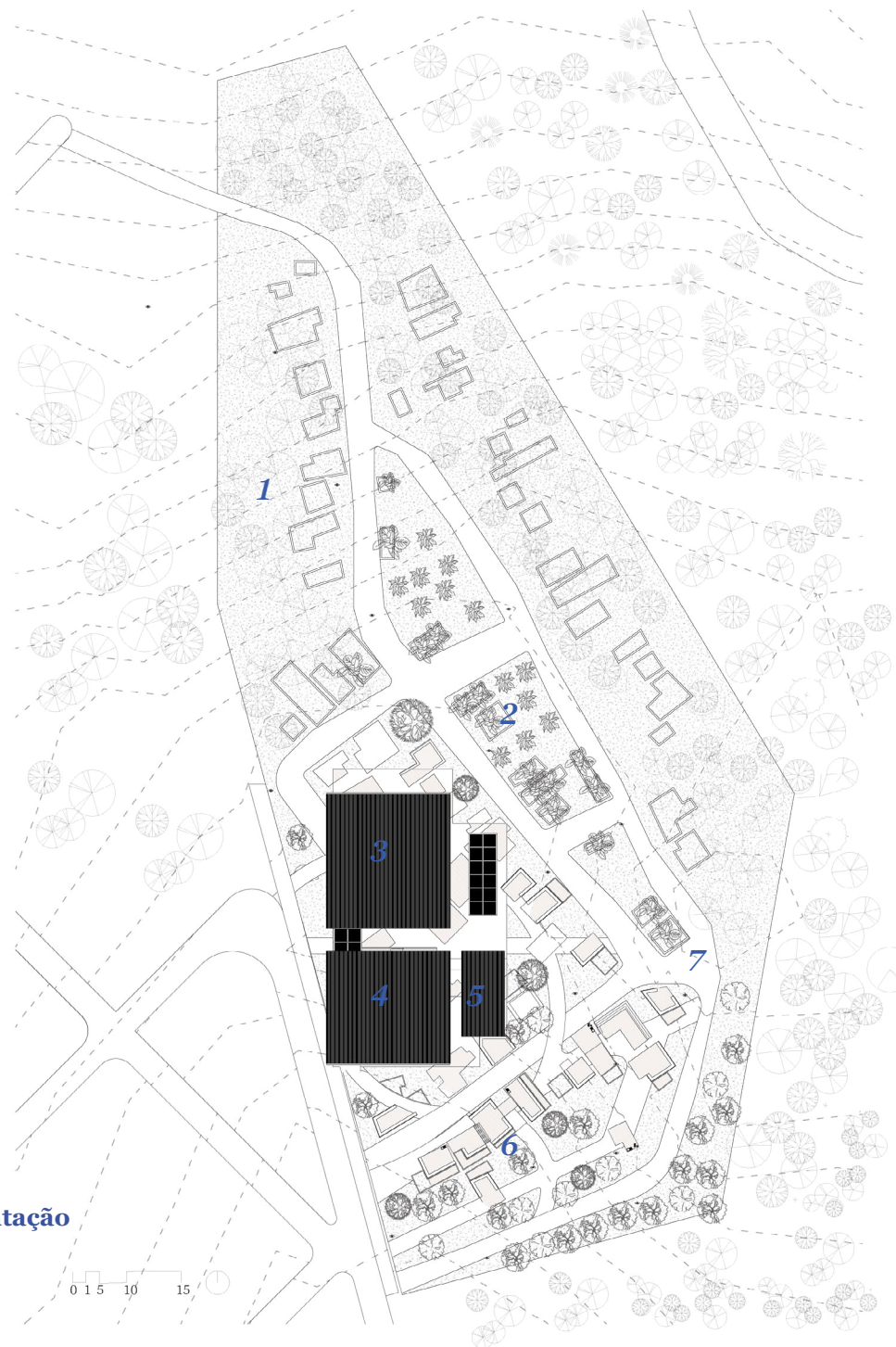
imagem 15: Centro para Mulheres em Masai. C-re-aid. Tanzânia.

imagem 16: Centro Produtivo Comunitário Las Tejedoras. Natura Futura Arquitectura. Equador.

imagem 17: Moradas Infantis de Canuanã. Aleph Zero, Rosembaum. Formoso do Araguaia, TO.

imagem 18: Escola Primária em Gando. Kéré Architecture.

Planta de Implantação



1. recuperação ambiental da área de APP e em áreas de risco geológico, afim de mitigar o processo erosivo e o assoreamento do solo;

2. produção agroecológica de alimentos para consumo interno através da horta comunitária e do pomar;

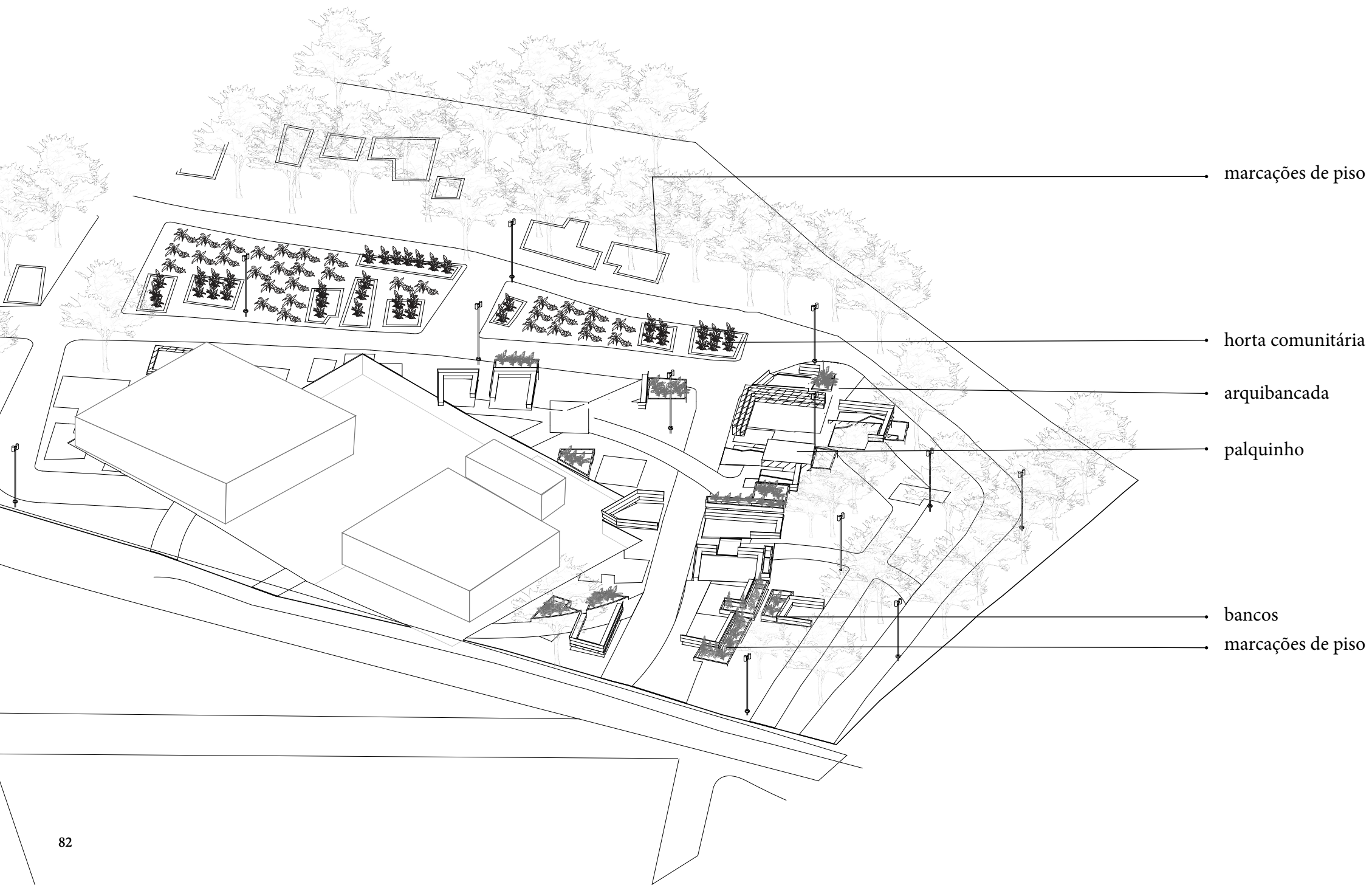
3. cozinha solidária para o preparo e distribuição de refeições gratuitas para a comunidade;

4. casa de acolhimento para mulheres e contra turno infantil;

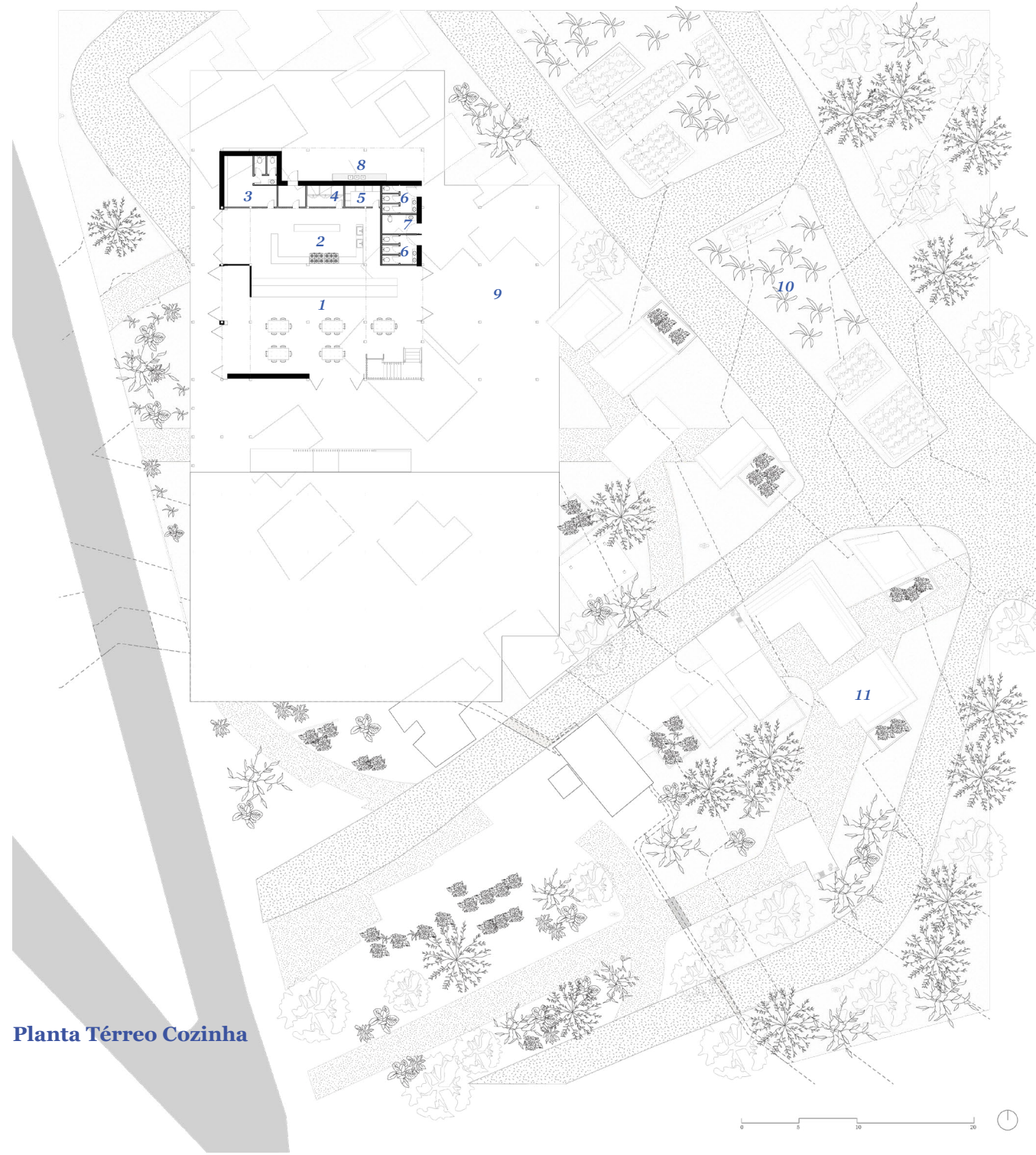
5. clínica para atendimento psicossocial e especializado na saúde da mulher;

6. praça para fomentar a vida comunitária, com espaços para eventos e mobiliários para sociabilidade;

7. caminhos e desenhos de piso em referência à ocupação e a luta por moradia.

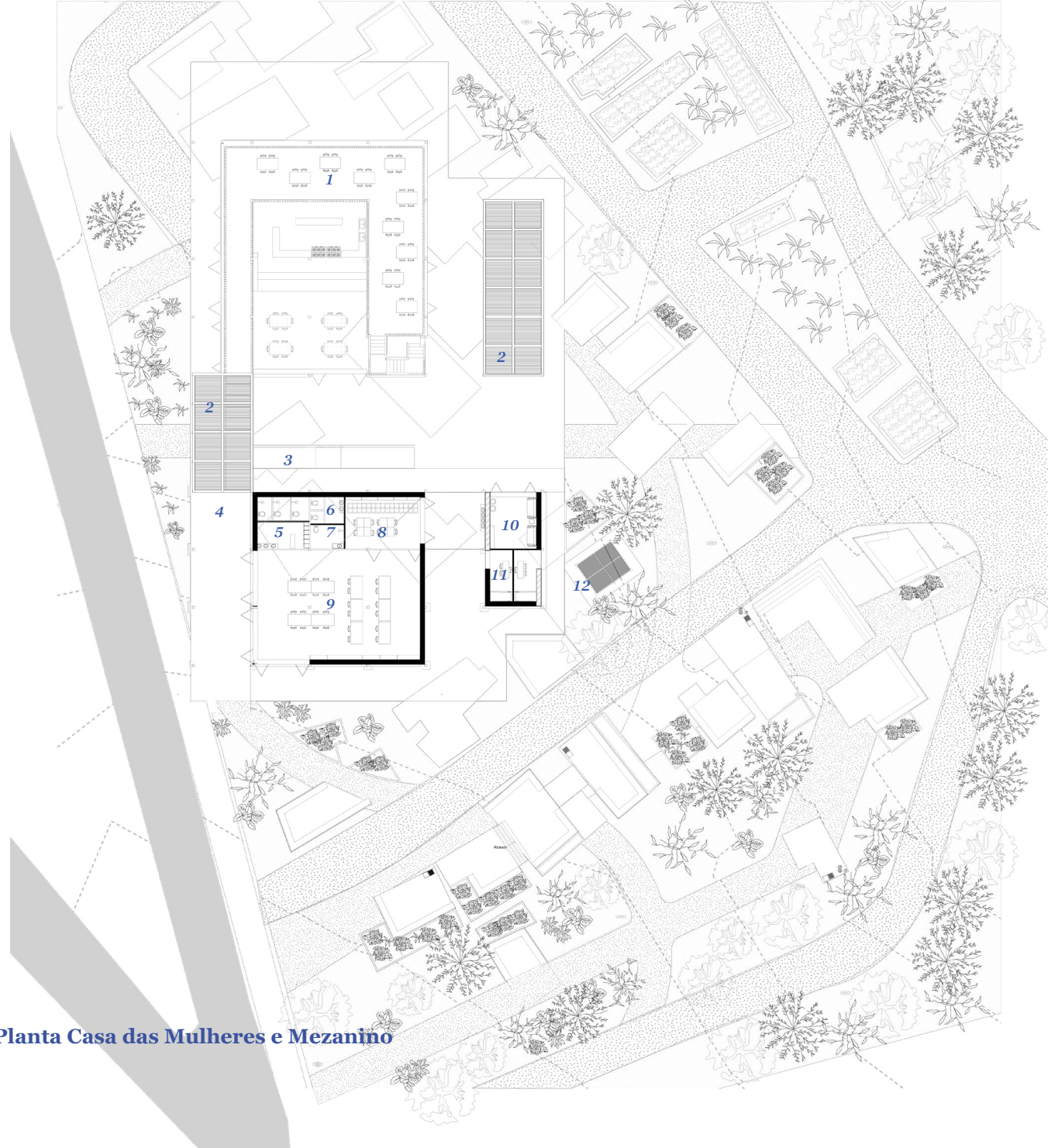


Planta Térreo Cozinha



- 1.** refeitório
- 2.** área de cocção
- 3.** área de descanso
- 4.** câmara gelada
- 5.** dispensa
- 6.** banheiros

- 7.** banheiro acessível
- 8.** higienização de verduras da horta
- 9.** espaço para feira
- 10.** horta
- 11.** praça



1. mezanino da cozinha

2. pergolado

3. rampa de acesso térreo cozinha

4. rampa de acesso mezanino

5. banheiro/vestiários

6. banheiro infantil

7. banheiro acessível

8. contraturno infantil

9. salão multiuso

10. sala de espera da clínica

11. sala de atendimento

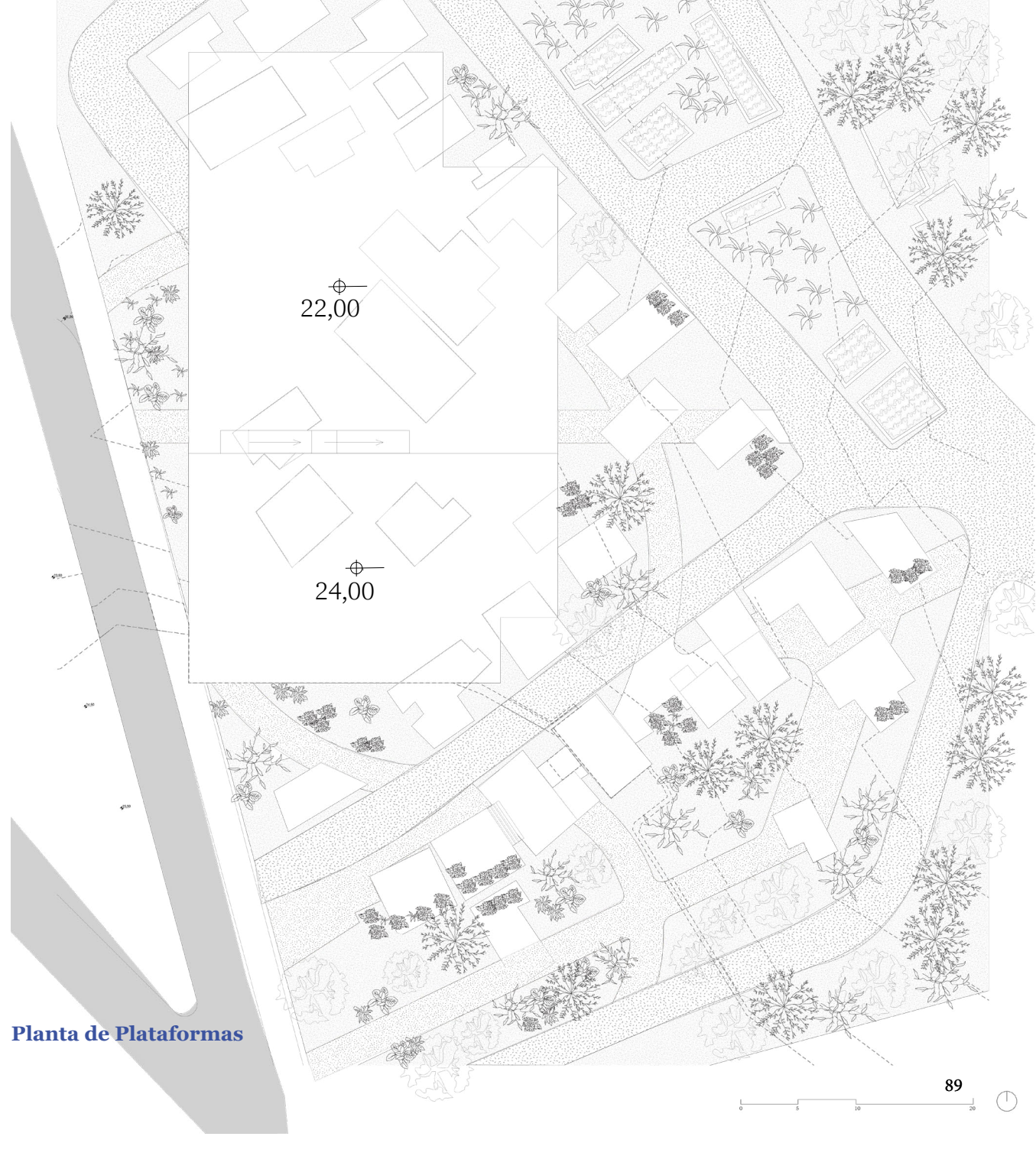
12. caixa d'água

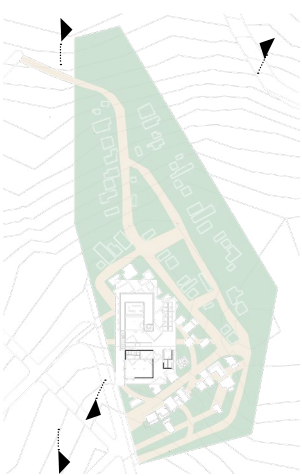
Planta Casa das Mulheres e Mezanino

Planta Cobertura



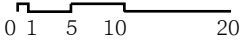
Planta de Plataformas





22,00 | cozinha

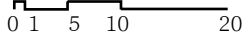
12,00 | córrego água quente



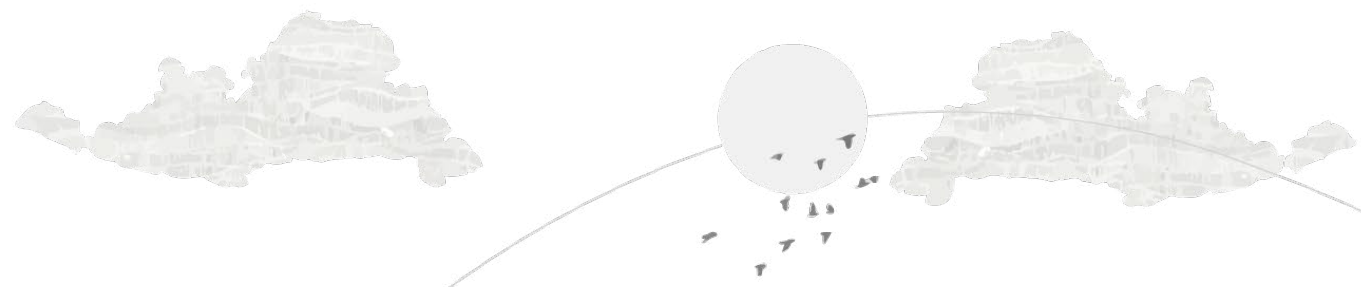
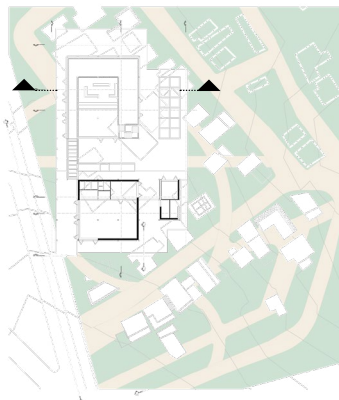
corte 1 | terreno

22,00 | cozinha

7,00



corte 2 | terreno



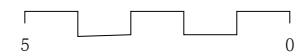
30,00 | cobertura cozinha

29,50 | cobertura casa

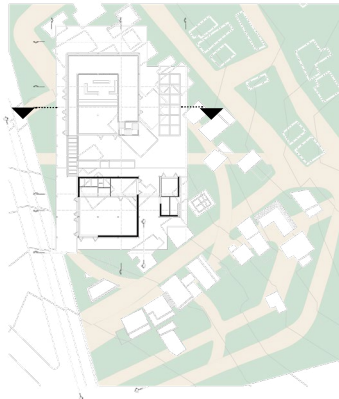
25,40 | mezanino

24,00 | térreo casa

22,00 | térreo cozinha



corte A1 | cozinha



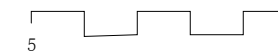
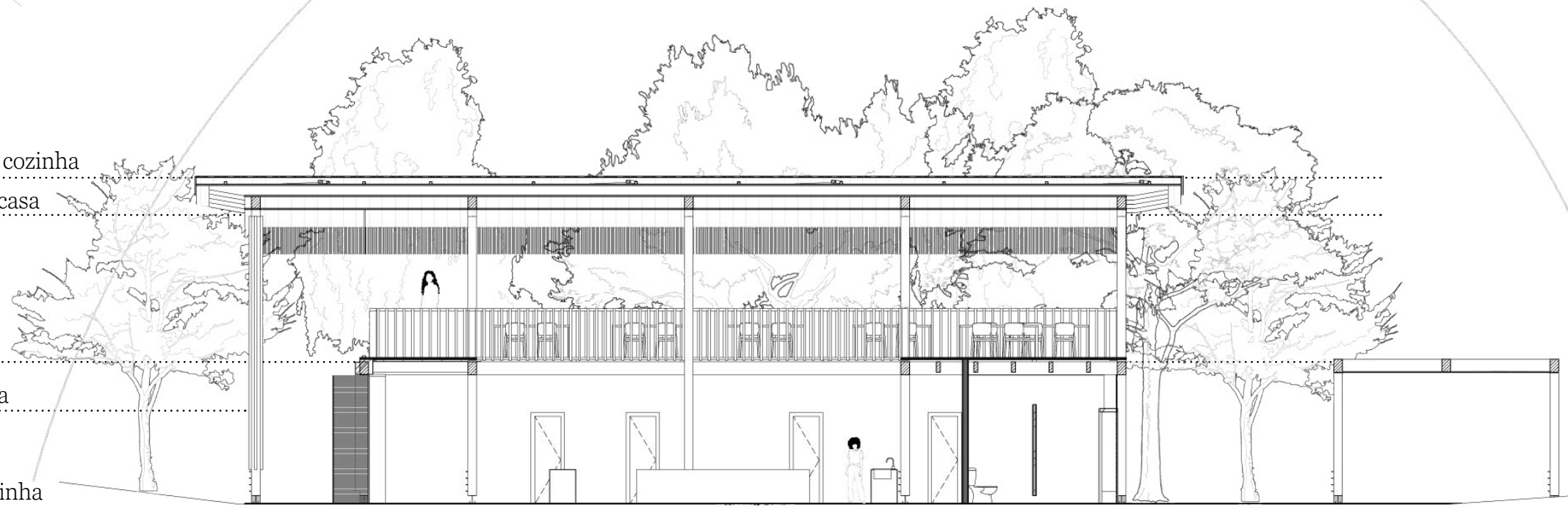
30,00 | cobertura cozinha

29,50 | cobertura casa

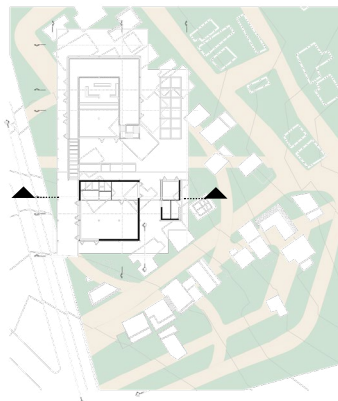
25,40 | mezanino

24,00 | térreo casa

22,00 | térreo cozinha



corte | A2 cozinha



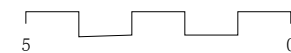
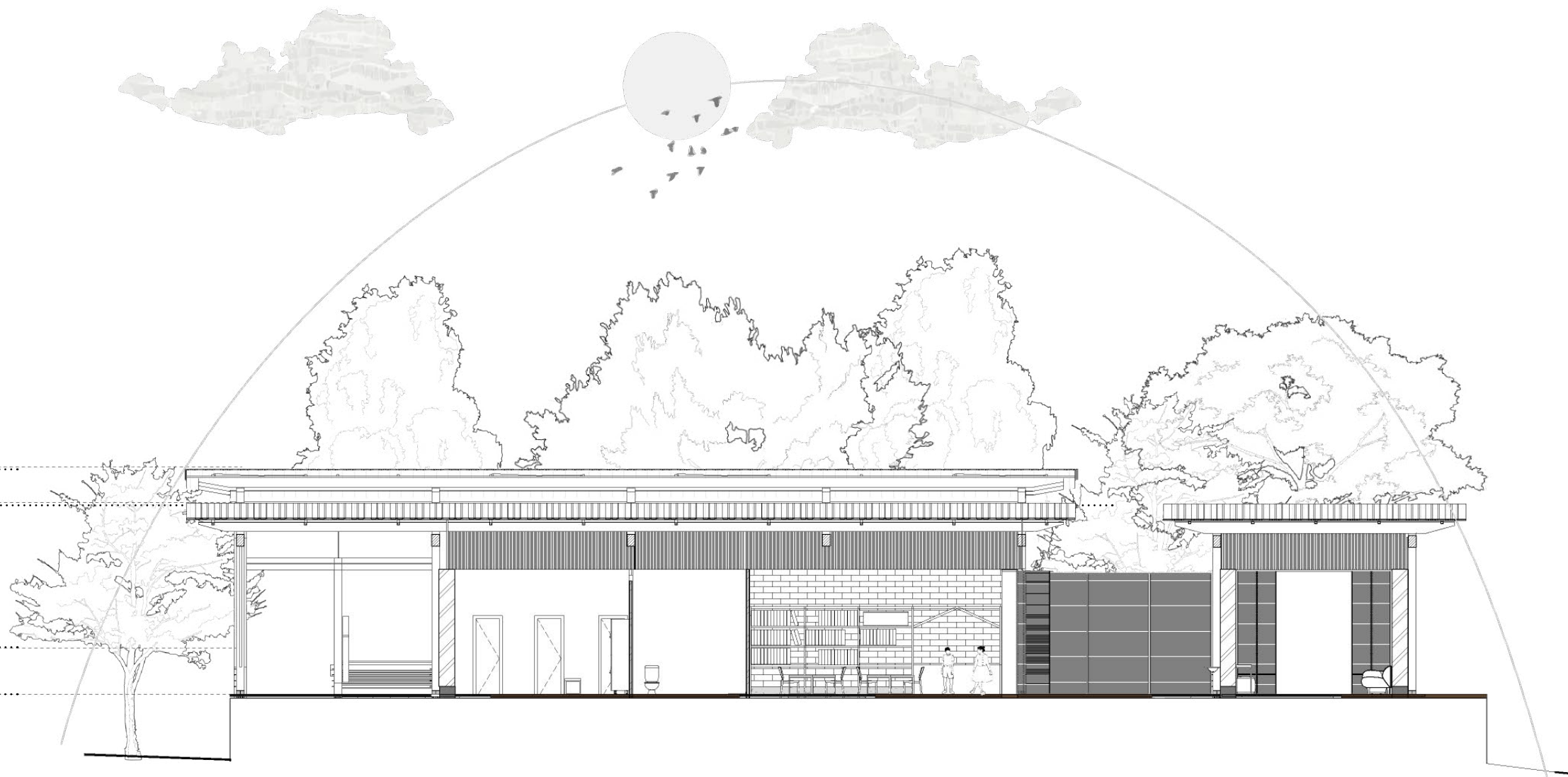
30,00 | cobertura cozinha.....

29,50 | cobertura casa.....

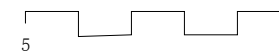
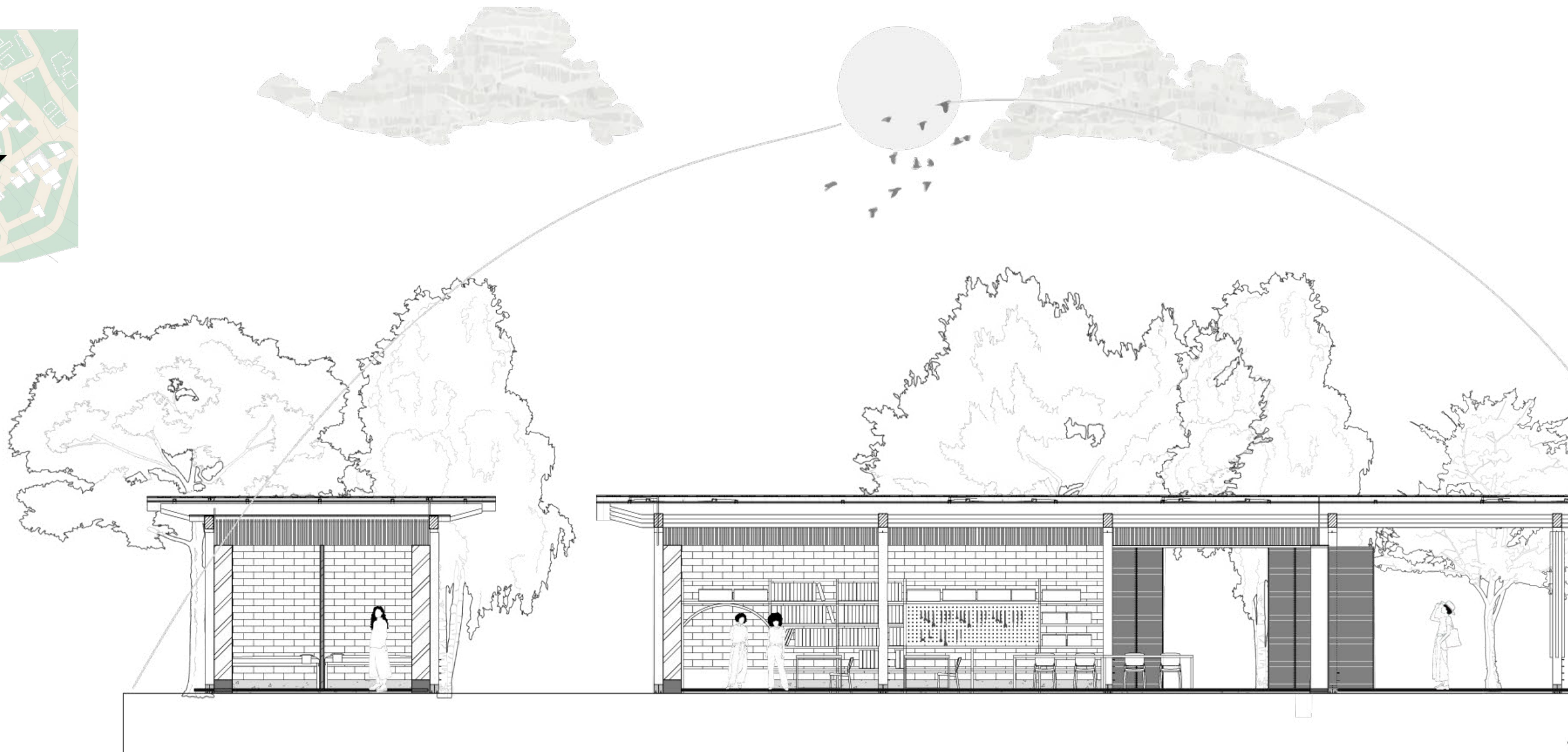
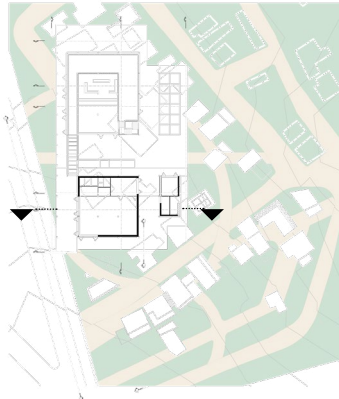
25,40 | mezanino.....

24,00 | térreo casa.....

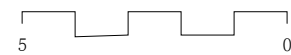
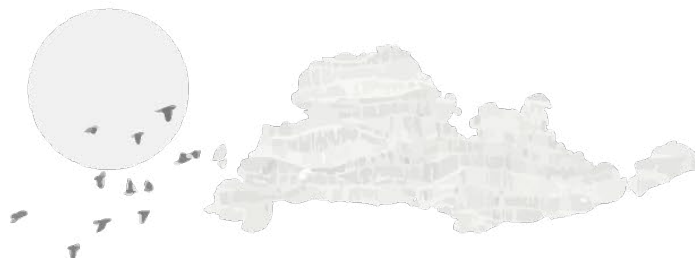
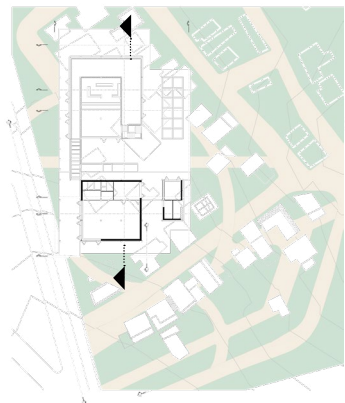
22,00 | térreo cozinha.....



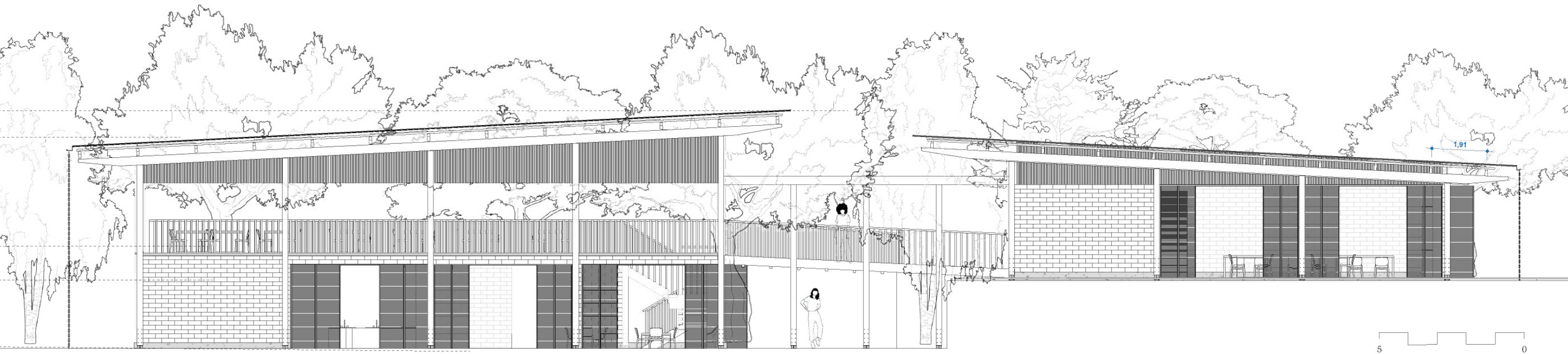
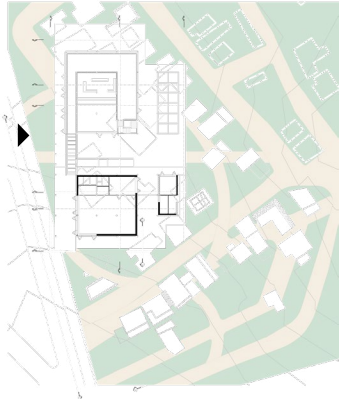
corte A3 | casa das mulheres



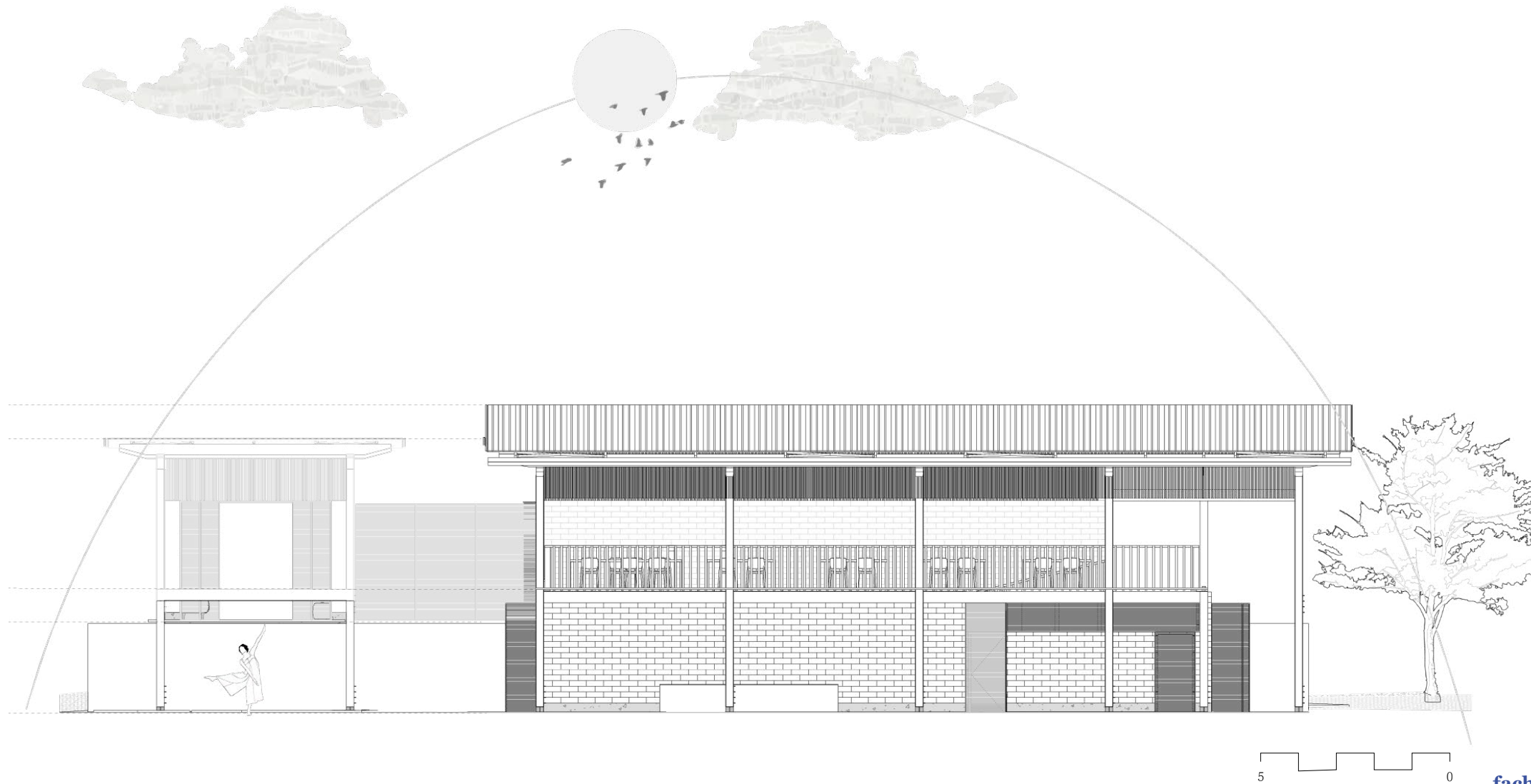
corte A4 | casa das mulheres

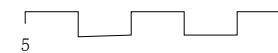
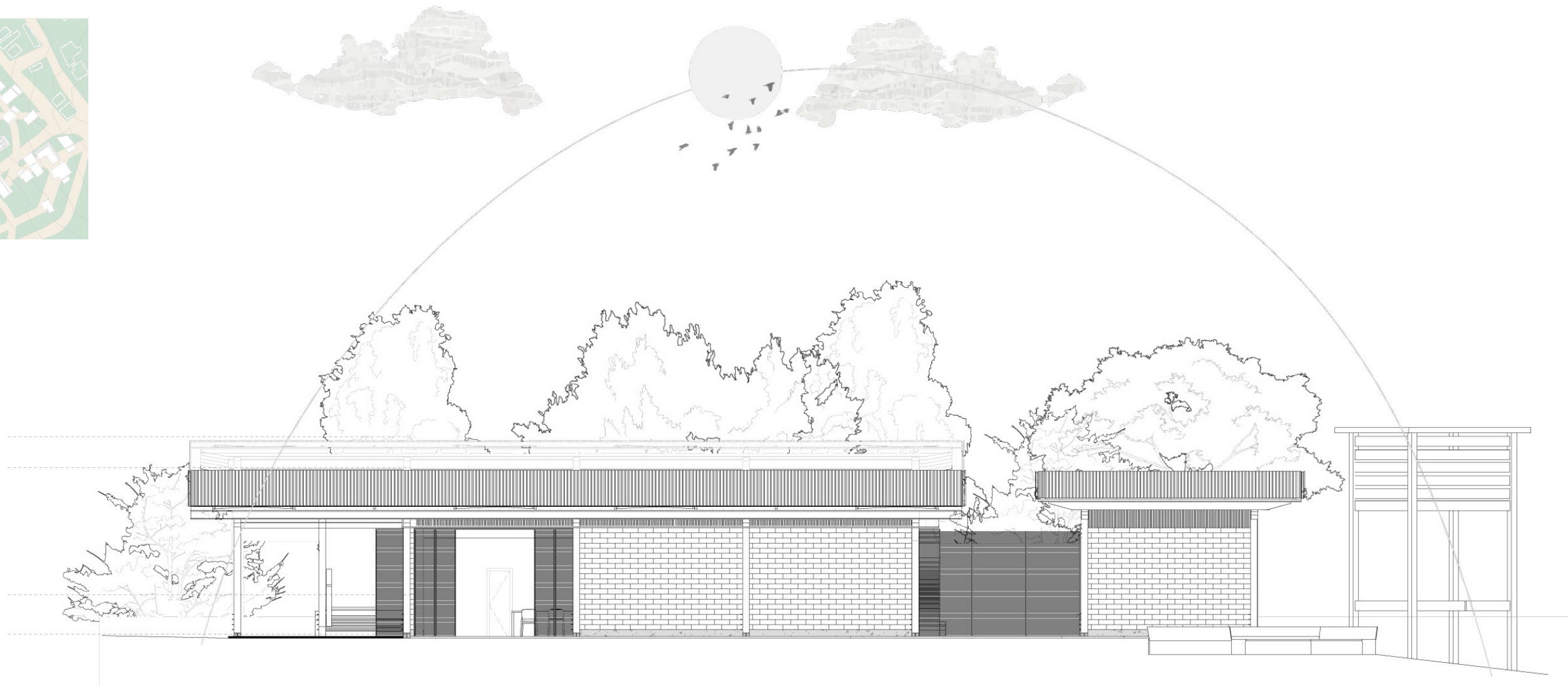
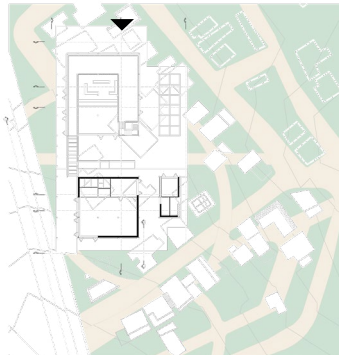


corte B1 | cozinha e casa das mulheres

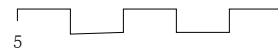
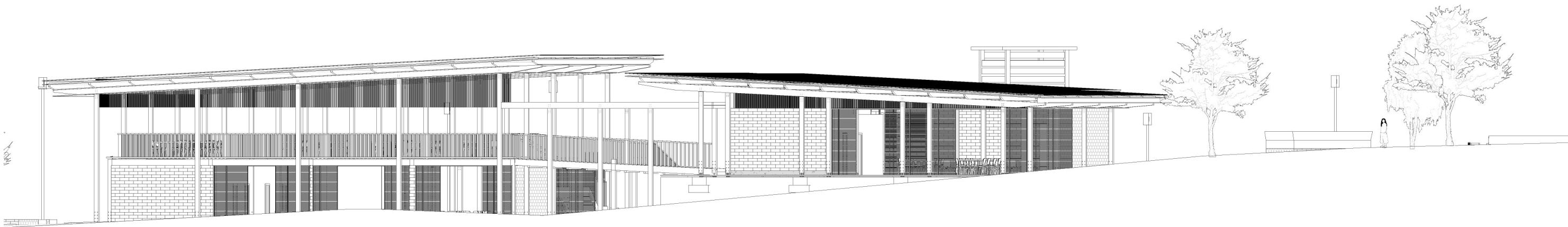
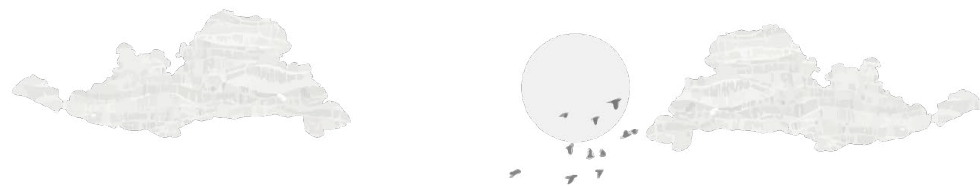
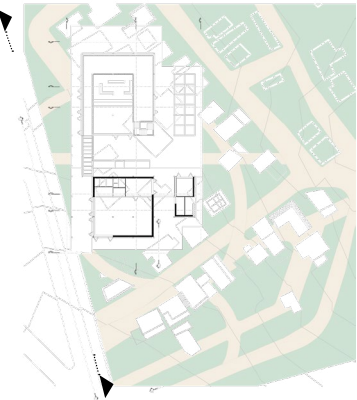


corte A3 casa das mulheres

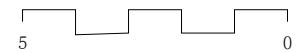
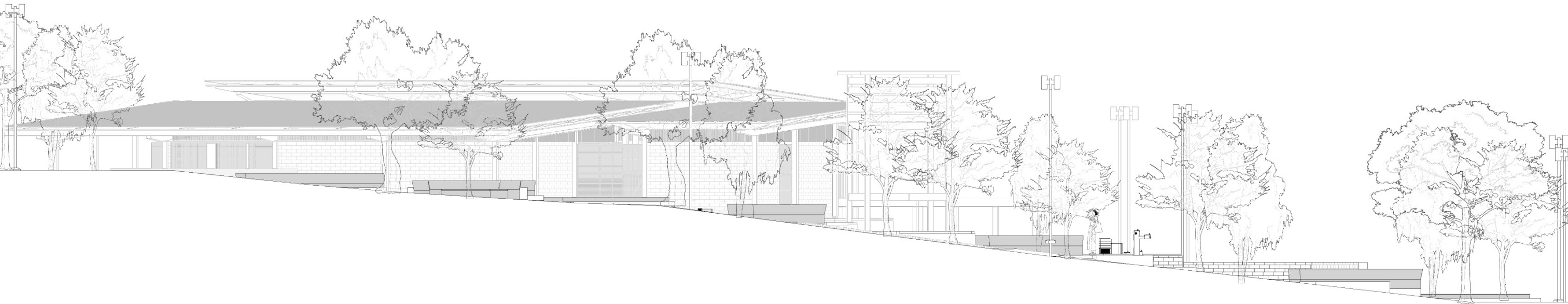
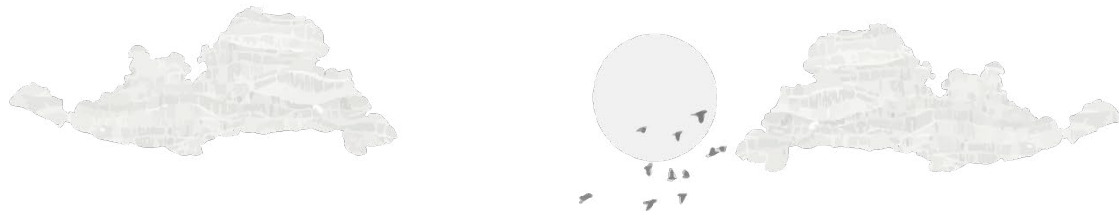
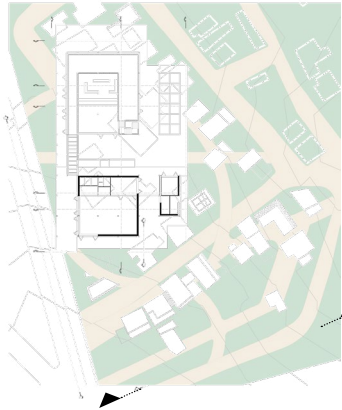




fachada sul | casa das mulheres



vista da rua | praça



corte | praça

projeto estrutural

O uso da madeira como sistema estrutural no projeto traz uma série de benefícios, tanto ambientais quanto construtivos. A construção com madeira permite um canteiro de obras mais limpo e organizado, com menor geração de resíduos, redução do tempo de execução e racionalização dos recursos. Além de seu desempenho técnico, a madeira também contribui para uma estética natural e acolhedora, reforçando a linguagem arquitetônica voltada à identidade e à relação com a terra.

A estrutura principal do projeto é composta por pilares em madeira laminada colada (MLC) com seção de 20x20 cm, organizados em uma malha modular de 5x5 metros. A cobertura de todos os blocos é também estruturada em madeira, utilizando vigas principais com seção de 20x30 cm, terças com seção 10x24 com espaçamento de 2m, caibros e contraventamentos. No caso da cozinha solidária, o espaço inclui um mezanino, também estruturado em madeira, com vigas e barrotes, oferecendo resistência, leveza e facilidade de montagem. O material do telhado é telha metálica trapezoidal termoacústica com inclinação de 5%.

Com foco no conforto térmico e no uso coletivo dos espaços, o projeto também conta com dois pergolados em madeira: um localizado sobre a passarela de ligação entre os blocos e outro na área externa, destinado a eventos e feiras comunitárias.

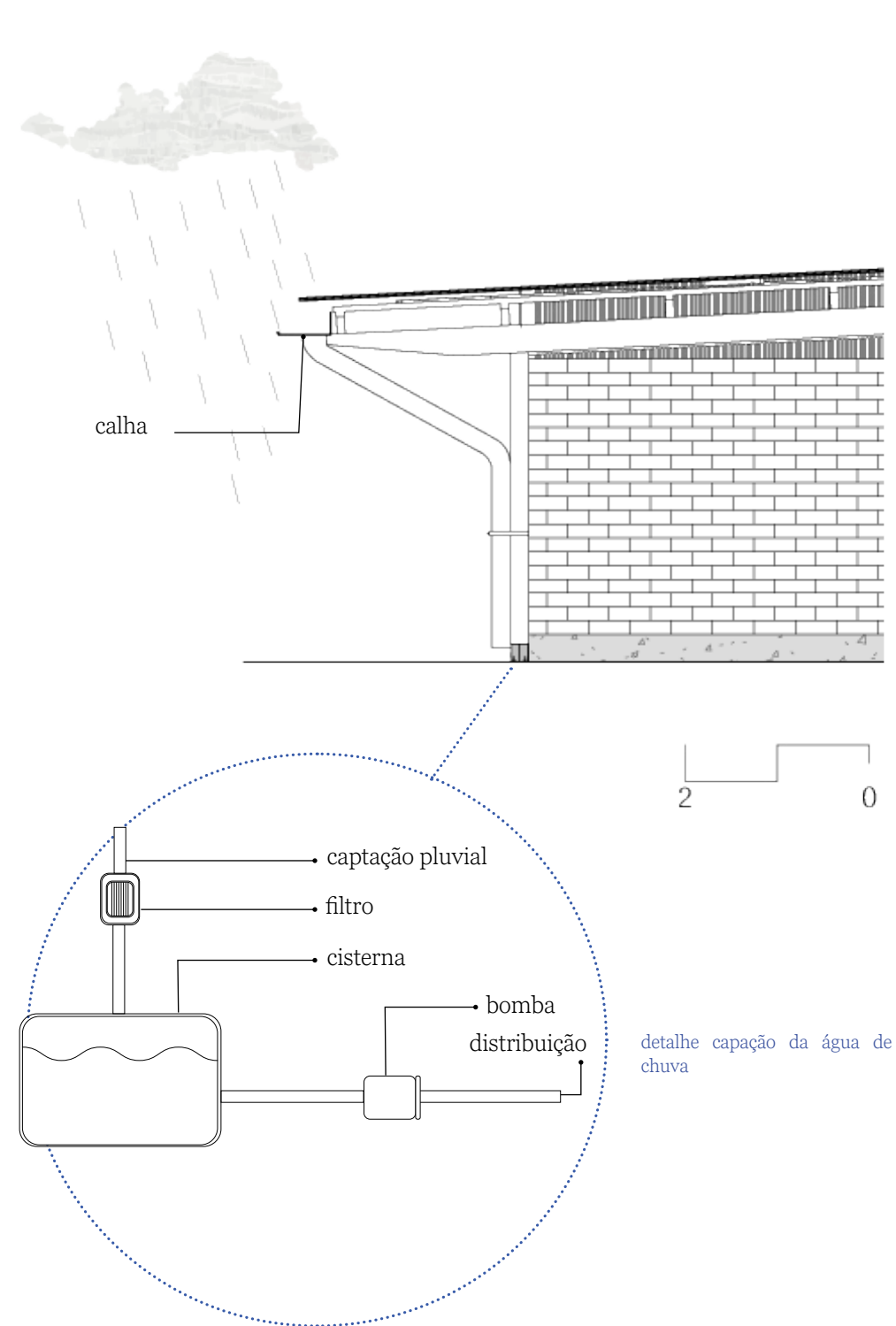
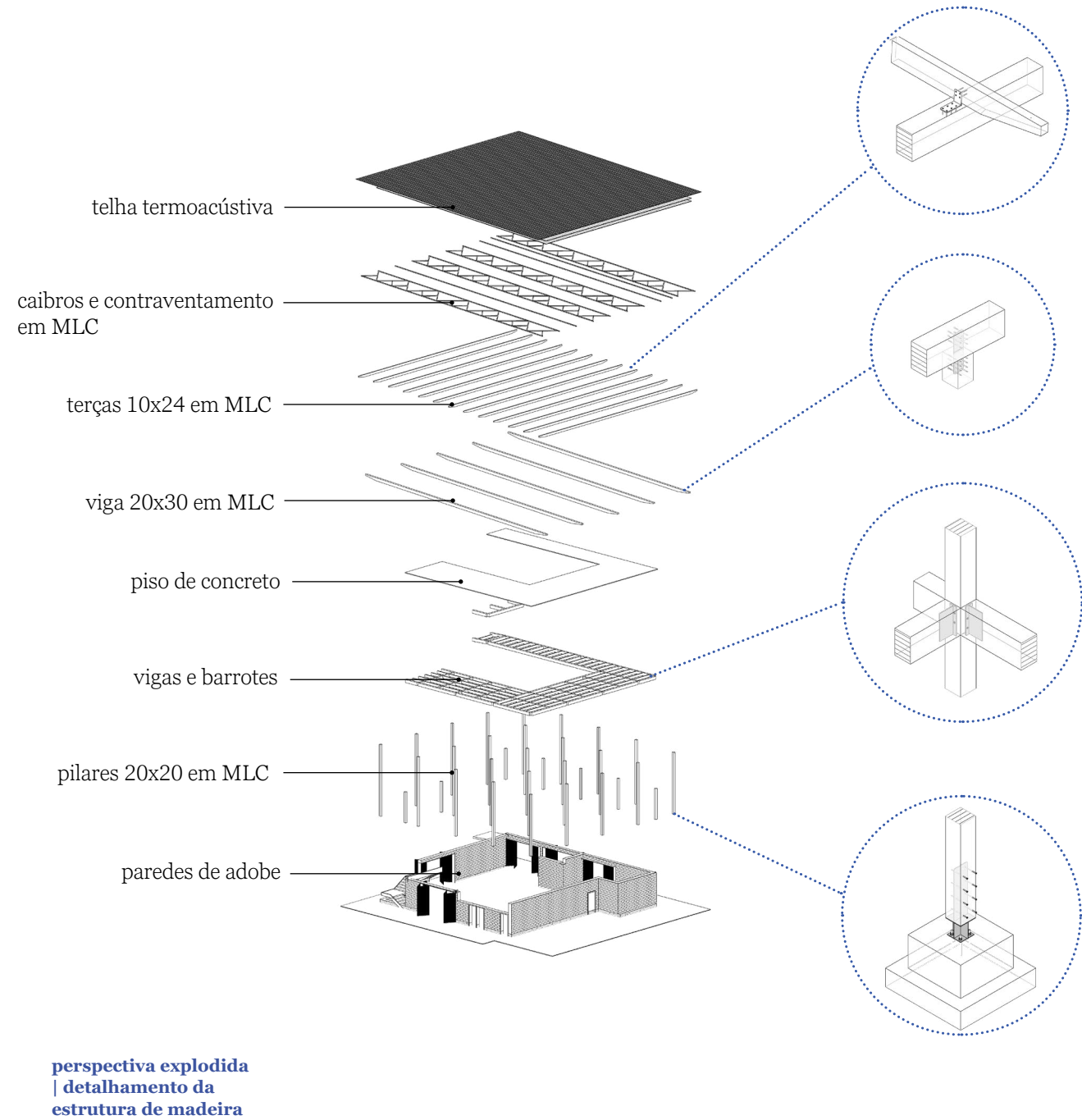
Para garantir a longevidade da estrutura em madeira, foram adotadas medidas preventivas contra agentes de degradação, como umidade e insolação direta. Entre essas estratégias, destacam-se:

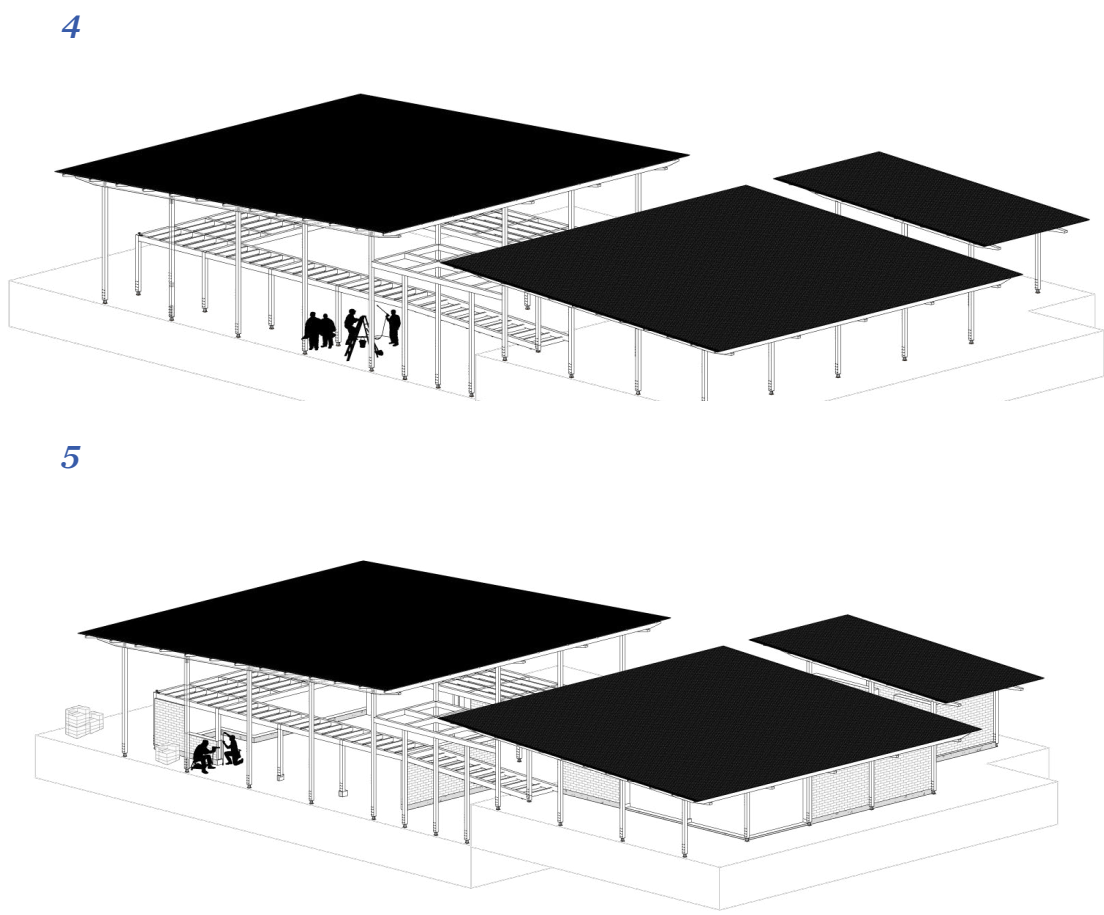
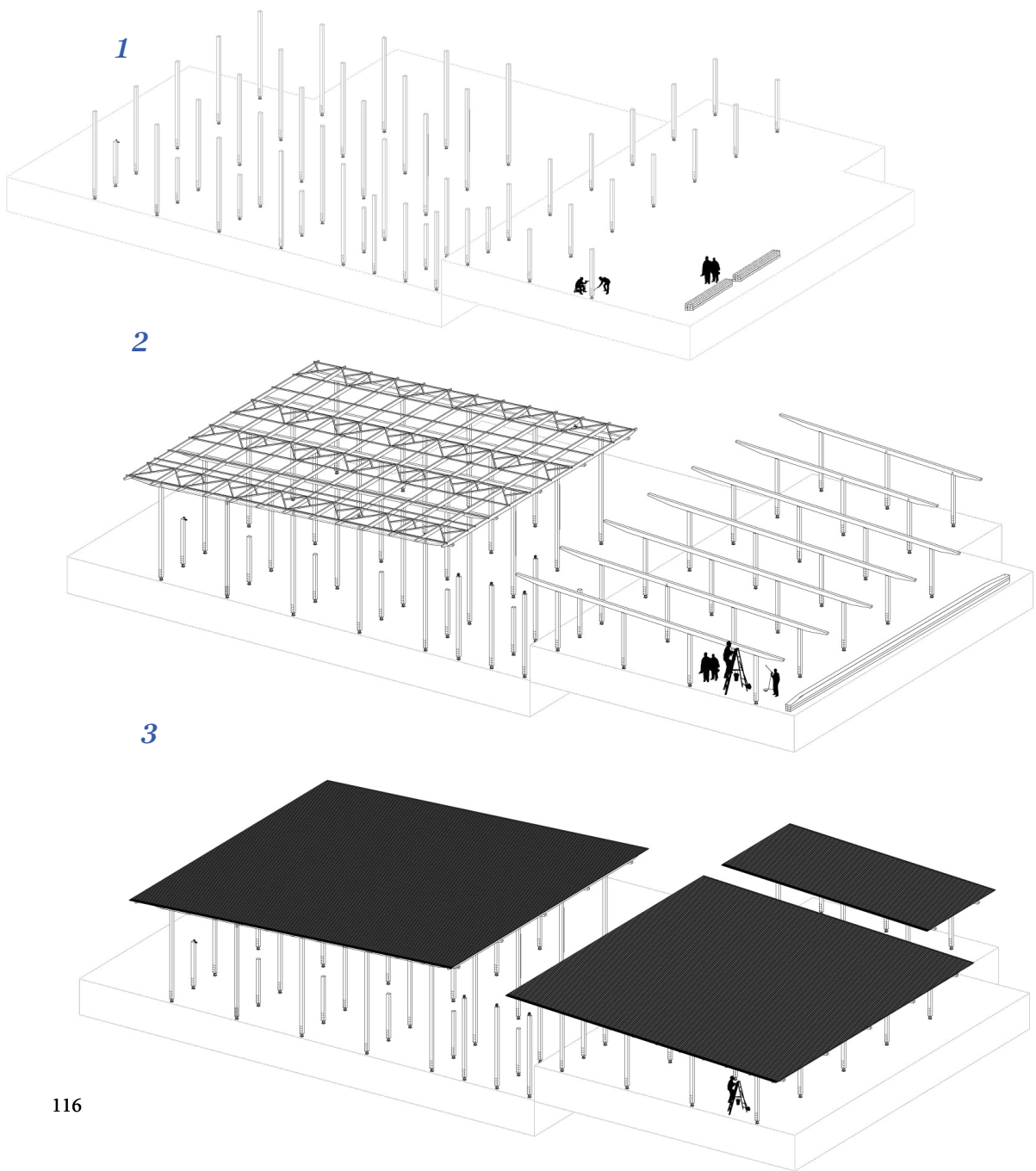
1. Elevação dos pilares em 15 cm em relação ao solo, evitando o contato direto com a umidade;
2. Chanframento de vigas e terças, permitindo o escoamento da água;
3. Beirais generosos, que protegem as fachadas e os elementos estruturais contra o impacto direto da chuva e da radiação solar.

No que se refere às vedações, o projeto utiliza tijolos de adobe, produzidos de forma artesanal e comunitária, com a terra retirada do próprio terreno. A proposta prevê a construção em regime de mutirão, com a participação dos moradores, fortalecendo os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento ao espaço.

O processo de fabricação dos blocos de adobe envolve:

1. Extração e preparação da terra;
2. Preparo do traço com mistura de solo, água e fibras naturais;
3. Amassamento do barro;
4. Moldagem dos blocos em formas de madeira;
5. Secagem;
6. Armazenamento adequado.







vista externa da
cozinha

vista frontal da
cozinha





**vista frontal da casa
das mulheres**

**vista interna da
cozinha**





vista externa da
cozinha



**vista interna do salão
multiuso da casa das
mulheres**

considerações finais

Este trabalho parte da compreensão de que o direito à moradia é indissociável de outras dimensões igualmente fundamentais: o direito à cidade, à alimentação, ao pertencimento e à construção de autonomia. Nas ocupações urbanas, essas dimensões se entrelaçam de forma concreta, especialmente através da atuação das mulheres, que, historicamente excluídas dos espaços de decisão, passam a ocupar o centro das lutas sociais por terra, moradia e dignidade. A participação das mulheres nesses movimentos vai além da reivindicação por abrigo: é também uma forma de empoderamento político. As ocupações se tornam espaços de formação de lideranças femininas, redes de apoio, aprendizado coletivo e resistência.

Nesse contexto, o projeto desenvolvido busca dialogar com essas realidades vividas, propondo uma arquitetura comprometida com a escuta, com a memória e com o coletivo. A cozinha comunitária deixa de ser apenas um lugar de preparo de alimentos para se tornar um espaço de encontro, solidariedade e soberania alimentar, revelando o potencial transformador da apropriação coletiva. A casa das mulheres, voltada ao acolhimento, à saúde, à formação e à geração de renda, contribui para que essas mulheres possam ressignificar suas experiências e conduzir suas próprias trajetórias com autonomia. As intervenções no solo, por sua vez, reafirmam o território como lugar de memória e pertencimento, onde cada traço preserva a história de quem ali resistiu.

O território, então, é compreendido como um espaço contra-hegemônico, ressignificado a partir das vivências de grupos historicamente marginalizados, que ali constroem outras formas de habitar, conviver e cuidar. A arquitetura proposta não busca impor soluções, mas sim reconhecer, traduzir e fortalecer essas práticas já existentes, partindo da lógica do cuidado, da escuta e da autonomia.

referências

ÁVILA, Milene Peixoto. “ *Periferia é periferia em qualquer lugar?*” *Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana*. 2006.

BREDA, Thalles Vichiato. *The role of Black women in urban housing struggles in Brazil: From land occupations to the institutional policy*. Radical Housing Journal. 2013.

CAMARGO, Camila Moreno de; CORREIA, Telma de Barros. *Habitação coletiva popular na área central de Campinas: tendências e caracterização*. 2010.

CANUTO, Julia Fernandez. *Autoprodução do espaço e narrativas de resistência em dois estudos de caso: Ocupação Esperança na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG e a Cozinha Solidária do MST no Itatiaia em Montes Claros/MG*. Revista Multidisciplinar, v. 38, n. 2, p. 1-16, 2025

CARMO, Carolina Guida Cardoso. “*Nossa Luta é Transversal*”: *Ocupação Tereza de Benguela e a Luta das Mulheres do MTST*. Emancipação, Ponta Grossa, 2019.

DE LIMA, Maria Cecília PB; SCHENK, Luciana BM. *Concepção de espaços livres contemporâneos: o bairro de Cidade Aracy em São Carlos*. 2012.

FORCEL, Priscila Kauana Barelli; VERNICE, Rilton Robson Lima; SOSORANGA, Maria del Gualán; DIAS, Victoria Guedes. Ocupação Galhada: entraves e desafios para a regularização. In: *Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista: contexto, ações e desafios para o campo de ATHIS*. Organização Mariana Barros. São Paulo, SP: Associação Projeto Gerações, 2022.

GONÇALVES, Ianna Paula Batista. “*Aprendendo e mudando a vida da gente*”: *a construção de lideranças femininas nas ocupações de moradia urbana Pascoal Alágio e Castanhal*

em Parintins/AM (2016-2020). 2022.

HELENE, Diana. *Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia*. Cadernos Metrópole, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.

JESUS, Bianca Alves de; CHAGAS, Carolina dos Santos; BORÓ, Dambrenio Odacir; TRUGILO, Kaique de Araújo. Ocupação Jardim Esperança: experiências e desafios no campo de Assistência técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). In: *Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista: contexto, ações e desafios para o campo de ATHIS*. Organização Mariana Barros. São Paulo, SP: Associação Projeto Gerações, 2022.

MAITÁ ATHIS. *Em busca da regularização fundiária*. Relatório de desconformidades em busca de uma moradia. São Carlos - SP, 2023.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PENA, Andressa Rodrigues de Assunção. *Atuação do terceiro setor nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres: uma análise das Casas de Referência da Mulher do Movimento Olga Benário. 2021*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROLNIK, Raquel. *Cartilha: o direito das mulheres à moradia*. ONU-HABITAT, 2012. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. *PISEAGRAMA*, Belo

Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

SILVA, P. C. S. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. ***Gênero & Direito***, [S. l.], v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/18571>. Acesso em: 22 set. 2023.

TEIXEIRA, Mateus da Silva; SILVA, Reginaldo Conceição da. A categoria de espaço na construção da identidade. ***Geopauta***, v. 6, p. e9272, 2022.

VIANA, Larissa de Alcantara. ***Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo***. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

